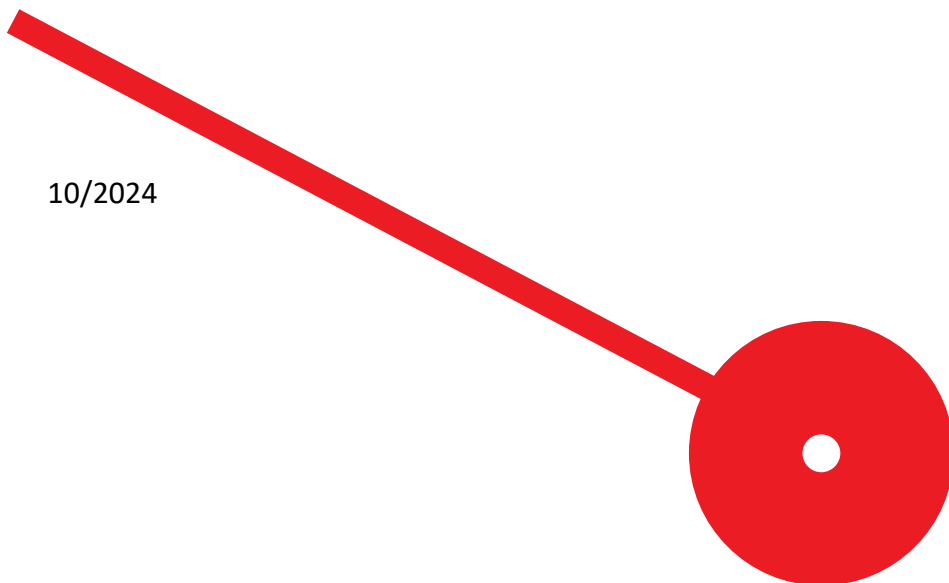




Literacia financeira e fiscal nos jovens portugueses: avaliação de conhecimentos e práticas.

Nuno Henrique Couto Gonçalves

10/2024



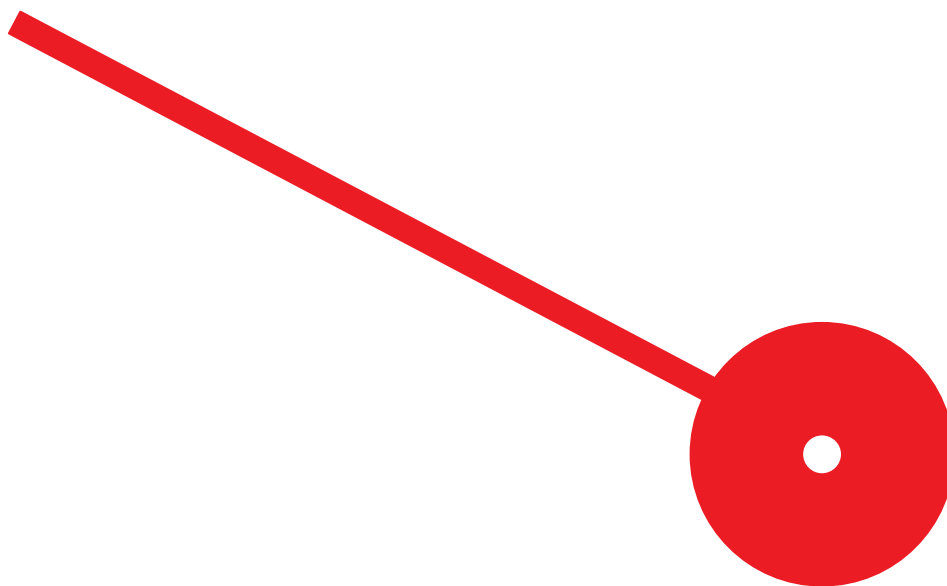
Nuno Henrique Couto Gonçalves. Literacia financeira e fiscal nos jovens portugueses: avaliação de conhecimentos e práticas.
10/2024



Literacia financeira e fiscal nos jovens portugueses: avaliação de conhecimentos e práticas.

Nuno Henrique Couto Gonçalves

Dissertação de Mestrado apresentado ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto para a obtenção do grau de Mestre em Contabilidade e Finanças, sob orientação do Professor Doutor Rui Filipe Pereira Bertuzi da Silva



Agradecimentos

Agradeço ao Professor Doutor Rui Bertuzi todo o apoio ao longo deste percurso, nomeadamente pelas ideias, correções e conselhos importantes para a elaboração desta dissertação.

Agradeço a todos que de alguma forma contribuíram para esta dissertação, em especial ao Tomás e João, que com o seu entusiasmo e presença diária, foram “equipa” ao longo deste ciclo de mestrado.

Agradeço aos meus pais o incentivo para a conclusão desta etapa de formação académica e todo o esforço que fizeram, para proporcionar as melhores condições ao longo do meu percurso formativo.

Agradeço à Inês a alegria e empenho que coloca em cada tarefa que realiza e assim me motiva a querer mais e melhor.

Agradeço à Teresa, por ter tornado este caminho possível. Ter suportado as minhas inquietações e incentivado a superar todas as barreiras. Também pelo seu exemplo de responsabilidade, organização e empenho.

Agradeço à Maria Constança, que mesmo sem ainda nos termos visto, incentiva-me a ir mais além.

*Da minha aldeia vejo quanto da terra se pode ver no Universo...
Por isso a minha aldeia é tão grande como outra terra qualquer
Porque eu sou do tamanho do que vejo
E não, do tamanho da minha altura...
Alberto Caeiro*

Resumo

As literacias financeira e fiscal abrangem conhecimentos, competências e atitudes com implicações significativas para as decisões e bem-estar dos cidadãos. São conceitos importantes e emergentes, uma vez que indivíduos com competências mais desenvolvidas são capazes de tomar melhores decisões, fazer um melhor planeamento financeiro e conseguir suportar mais facilmente choques económicos.

O presente estudo tem como principal objetivo refletir acerca da temática das literacias financeira e fiscal e avaliar os conhecimentos e práticas dos jovens portugueses.

De modo a atingir este objetivo, foi realizada uma revisão da literatura acerca do tema onde foi possível definir e explorar conceitos basilares, compreender a sua importância crescente na sociedade atual e relacioná-los, focando a atenção para uma população em específico. Através da disponibilização de um inquérito junto de jovens portugueses entre os 17 e 25 anos, pretendeu-se, ainda, avaliar o nível de conhecimento e práticas acerca das literacias financeira e fiscal, identificar os temas menos dominados e estabelecer a correlação com algumas variáveis definidas, como por exemplo, o género, a área de formação, o grau de escolaridade dos pais e a principal fonte de rendimento.

Após a análise destes resultados, foi possível compreender que existe uma lacuna no domínio destas temáticas por parte dos jovens portugueses, sendo mais acentuada na literacia fiscal. Com base neste facto é aconselhado, que em novos estudos nesta temática e questionários relacionados, sejam consideradas questões relacionadas com essa temática. Os resultados ainda revelaram que a introdução de unidades curriculares neste âmbito nos programas atuais, são fundamentais, uma vez que os jovens não têm uma correta perceção do nível de literacia que possuem. Identificou-se ainda que novas formas de ensino dos temas, nomeadamente com a realização de mais casos práticos, poderão aumentar a apreensão de conceitos por partes dos jovens.

Palavras-chave: Literacia Financeira; Literacia Fiscal; Planeamento Financeiro; Educação Financeira.

Abstract

Financial and fiscal literacy encompass knowledge, skills and attitudes with significant implications for citizens' decisions and well-being. These are important and emerging concepts, since individuals with more developed skills are able to make better decisions, plan their finances better and withstand economic shocks more easily.

The main aim of this study is to reflect on the subject of financial and fiscal literacy and to assess the knowledge and practices of young Portuguese people.

In order to achieve this goal, a literature review was carried out on the subject, where it was possible to define and explore basic concepts, understand their growing importance in today's society and relate them, focussing attention on a specific population. Through a survey of young Portuguese people aged between 17 and 25, the aim was also to assess the level of knowledge and practices regarding financial and fiscal literacy, identify the least mastered topics and establish a correlation with some defined variables, such as gender, area of study parents' level of education and main source of income.

After analysing these results, it was possible to understand that there is a gap in the mastery of these topics by young Portuguese people, and it is more pronounced in fiscal literacy. This shows that new studies and questionnaires relating to tax literacy are needed. The results also revealed that the introduction of curricular units in this area is fundamental, since young people do not have a correct perception of their level of literacy. It was also identified that new ways of teaching the topics, namely with more practical cases, could increase young people's grasp of the concepts.

Key words: Financial Literacy; Fiscal Literacy; Financial Well-being; Young Portuguese; Financial Planning; Financial Education.

Índice

Introdução	1
1. Revisão da Literatura	3
1.1. Literacia: um conceito complexo e abrangente	3
1.2. Literacia Financeira	4
1.2.1. Definição de Literacia Financeira.....	4
1.2.2. A importância da Literacia Financeira	6
1.2.3. Avaliação da Literacia Financeira	9
1.3. Literacia Fiscal	10
1.3.1. Definição de Literacia Fiscal.....	10
1.3.2. Educação Fiscal	11
1.3.3. Conhecimento Fiscal	13
1.4. Contexto dos jovens portugueses	14
1.4.1. Literacia Financeira	14
1.4.2. Análise de inquéritos realizados anteriormente.....	15
2. Metodologia de Investigação	19
2.1. Recolha de dados e amostra.....	19
2.2. Tratamento da Informação.....	20
3. Análise de Dados	23
3.1. Caracterização da Amostra.....	23
3.2. Variáveis sociodemográficas	23
3.2.1. Idade	23
3.2.2. Género	23
3.2.3. Grau de escolaridade	23
3.2.4. Área de formação.....	24
3.2.5. Distrito de residência	24
3.2.6. Grau de escolaridade dos pais	25
3.3. Variáveis Financeiras	25
3.3.1. Principal fonte de rendimento.....	25
3.3.2. Propriedade de uma conta de depósitos à ordem.....	26
3.3.3. Hábitos de poupança.....	26
3.3.4. Rendimento líquido do agregado familiar	27
3.4. Análise das respostas ao questionário	27

3.5.	Análise das respostas ao questionário por questão financeira.....	29
3.6.	Análise das respostas ao questionário por questão fiscal	31
3.7.	Análise das respostas ao questionário por variável	33
3.7.1.	Análise das respostas ao questionário por género	33
3.7.2.	Análise das respostas ao questionário por grau de escolaridade	35
3.7.3.	Análise das respostas ao questionário por área de formação.....	38
3.7.4.	Análise das respostas ao questionário por distrito de residência.....	40
3.7.5.	Análise das respostas ao questionário por grau de escolaridade dos pais	41
3.7.6.	Análise das respostas ao questionário por principal fonte de rendimento.....	43
3.7.7.	Análise das respostas ao questionário por propriedade de conta à ordem.....	45
3.7.8.	Análise das respostas ao questionário por hábitos de poupança	47
3.7.9.	Análise das respostas ao questionário por rendimento do agregado familiar	48
3.8.	Análise do risco definido por produto financeiro.....	51
3.9.	Análise das respostas ao questionário por autoavaliação	52
3.10.	Observações ao questionário	53
4.	Conclusão	57
	Referências Bibliográficas	61
	Bibliografia.....	61
	Anexos.....	67
	A. Inquérito Literacias Financeira e Fiscal	67

Índice de Figuras

Figura 1 – Análise do conceito Literacia Financeira. Adaptado de (Tavares & Almeida, 2020).....	5
Figura 2 - Literacia Financeira. Adaptado de (Rai, Dua, & Yadav, 2019)	6
Figura 3- Relação entre educação, literacia e conhecimento fiscal. Adaptado de (Lopes, 2016).....	11
Figura 4 - Relação entre educação, consciência, cultura e cidadania fiscal. Adaptado de (Marques, 2017)	12
Figura 5- Níveis de proficiência dos alunos portugueses no PISA 2022 Fonte: (OECD, 2024)	16
Figura 6 - Diferença níveis de proficiência dos alunos portugueses e a média da OECD. Fonte: (OECD, 2024)	17
Figura 7- Relação do nível de escolaridade com número de respostas corretas. Fonte: (Conselho Nacional de Supervisores Financeiros, 2024).....	18
Figura 8 - Escala de avaliação utilizada para a análise global do questionário.....	21
Figura 9- Escala de avaliação utilizada para a análise do questionário por temática.....	21
Figura 10 – Distribuição do género da amostra.....	23
Figura 11 – Distribuição dos graus de escolaridade da amostra.....	24
Figura 12 – Distribuição de área de formação da amostra	24
Figura 13 – Distribuição do grau de escolaridade dos pais da amostra.....	25
Figura 14 – Distribuição da principal fonte de rendimento da amostra	26
Figura 15- Distribuição do rendimento líquido do agregado familiar da amostra	27
Figura 16 - Distribuição do número de participantes por nível de avaliação	28
Figura 17 – Distribuição da classificação por tipo de literacia.....	28
Figura 18 – % de respostas certas e erradas por cada questão financeira do questionário..	30
Figura 19 – % de respostas certas e erradas por cada questão fiscal do questionário	32
Figura 20- Distribuição da classificação do questionário por género	33
Figura 21- Distribuição da classificação relativa às questões financeiras do questionário por género	34
Figura 22- Distribuição da classificação relativa às questões fiscais do questionário por género	35
Figura 23- Distribuição da classificação do questionário por grau de escolaridade	36

Figura 24- Distribuição da classificação relativa às questões financeiras do questionário por grau de escolaridade	37
Figura 25- Distribuição da classificação relativa às questões fiscais do questionário por grau de escolaridade	38
Figura 26- Distribuição da classificação do questionário por área de formação.....	38
Figura 27- Distribuição da classificação relativa às questões financeiras do questionário por área de formação.....	39
Figura 28- Distribuição da classificação relativa às questões fiscais do questionário por área de formação	40
Figura 29- Distribuição da classificação do questionário por grau de escolaridade dos pais	41
Figura 30- Distribuição da classificação relativa às questões financeiras do questionário por grau de escolaridade dos pais	42
Figura 31- Distribuição da classificação relativa às questões fiscais do questionário por grau de escolaridade dos pais	43
Figura 32- Distribuição da classificação do questionário por fonte de rendimento	44
Figura 33- Distribuição da classificação relativa às questões financeiras do questionário por fonte de rendimento	44
Figura 34- Distribuição da classificação relativa às questões fiscais do questionário por fonte de rendimento	45
Figura 35- Distribuição da classificação do questionário por propriedade de conta à ordem	46
Figura 36- Distribuição da classificação relativa às questões financeiras do questionário por propriedade de conta à ordem.....	46
Figura 37- Distribuição da classificação relativa às questões fiscais do questionário por propriedade de conta à ordem.....	47
Figura 38- Distribuição da classificação do questionário por rendimento do agregado familiar	48
Figura 39- Distribuição da classificação relativa às questões financeiras do questionário por rendimento do agregado familiar.....	49
Figura 40- Distribuição da classificação relativa às questões fiscais do questionário por rendimento do agregado familiar.....	50
Figura 41- Análise do risco definido por produto financeiro	51

Figura 42- Autoavaliação dos participantes em relação ao nível de literacia financeira e fiscal	52
Figura 43- Relação entre a autoavaliação dos participantes e a sua classificação no questionário	53
Figura 44- Importância atribuída pelos participantes às literacias financeira e fiscal	54
Figura 45- Importância da introdução das literacias financeira e fiscal no programa educativo português	54
Figura 46- Locais onde participantes aprendem sobre literacia financeira e fiscal	55
Figura 47 - Meios de aprendizagem sobre literacia financeira e fiscal	56

Lista de Abreviaturas

IRS – Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares

IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

OECD - Organisation for Economic Co-operation and Development

PISA - Programme for International Student Assessment

EUR – Euro

USD – United State Dollar

ISCAP – Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto

INTRODUÇÃO

"A educação é a arma mais poderosa para mudar o mundo."

Nelson Mandela

O presente documento assume-se como o culminar do caminho para a aquisição de competências no Mestrado em Contabilidade e Finanças. Ao longo da elaboração deste documento, o foco centrou-se em desenvolver um trabalho de investigação de natureza científica, representando o processo desenvolvido ao longo do percurso.

A literacia financeira e fiscal constitui hoje um desafio para todos os indivíduos. Num mundo cada vez mais complexo e digitalizado, compreender conceitos financeiros e fiscais é fundamental para tomar decisões informadas, proteger o bem-estar financeiro pessoal e contribuir para a estabilidade económica individual, familiar ou até mesmo de uma comunidade (Mandell & Klein, 2009). Trata-se de uma área abrangente e complexa que deveria sensibilizar diferentes profissionais, bem como os líderes dos países, de forma a investir sobre estas temáticas que inevitavelmente fazem parte do dia-a-dia de toda a população. Desta forma, é fundamental apostar na educação financeira e fiscal, para capacitar as pessoas a enfrentarem os desafios económicos de forma mais segura e eficaz.

O presente trabalho encontra-se dividido em quatro capítulos. No primeiro capítulo, é feito um enquadramento teórico, resultado da revisão da literatura realizada, procurando esclarecer conceitos basilares como literacia, literacia financeira e literacia fiscal, bem como a sua importância. É ainda apresentado qual o estado da arte relativo ao contexto dos jovens portugueses, sendo apresentados resultados de estudos realizados anteriormente. Posteriormente, no segundo capítulo é descrita a metodologia de investigação utilizada, sendo apresentado o método de recolha de dados e a amostra em estudo, bem como foi realizado o tratamento da informação. No terceiro capítulo é apresentada a análise dos dados obtidos. Inicialmente é caracterizada a amostra e realizada a análise das variáveis sociodemográficas, bem como as variáveis financeiras. De seguida, é exposta a análise das respostas aos questionários aplicados pelas diferentes variáveis definidas e são apresentadas algumas considerações retiradas a partir desta análise. Por fim, no quarto capítulo são partilhadas as principais conclusões do trabalho realizado e apontadas as melhorias a implementar em futuros estudos, bem como a urgência de implementar políticas que

fomentem a literacia financeira e fiscal, de forma a criar estratégias para alcançar o maior sucesso financeiro e segurança fiscal.

1. Revisão da Literatura

1.1. Literacia: um conceito complexo e abrangente

Em Portugal, o início da utilização da palavra literacia encontra-se associado à publicação de um estudo, desenvolvido entre 1994 e 1996, coordenado por Ana Benavente, denominado “A Literacia em Portugal: Resultados de Uma Pesquisa Extensiva e Monográfica” (Ávila, 2023). Neste documento, a autora e a sua equipa distinguem os conceitos de alfabetização e de literacia. Definem o primeiro conceito como o ato de ensinar e de aprender (a leitura, a escrita e o cálculo), sendo que o novo conceito – a literacia – traduzem como a capacidade de usar as competências (ensinadas e aprendidas) de leitura, de escrita e de cálculo. Afirmam que esta nova ideia, rejeita uma categorização dicotómica (analfabeto vs. alfabetizado), defendendo que cada indivíduo tem uma posição num *continuum* de competências relacionadas com as exigências sociais, profissionais e pessoais com que cada um se confronta no dia-a-dia (Benavente, Rosa, Costa, & Ávila, 1996). Define-se então literacia como a capacidades de processamento de informação escrita na vida quotidiana, isto é, trata-se de aplicar capacidades de leitura, escrita e cálculo, com base em diversos materiais escritos (textos, documentos, gráficos), de uso corrente na vida social, profissional e pessoal (Benavente, et. al, 1996).

De acordo com a *Organisation for Economic Co-operation and Development* (OECD), literacia define-se como a capacidade de utilizar textos escritos, compreendendo a mensagem que está a ser transmitida e refletindo sobre o tema, de forma a atingir um objetivo e a desenvolver o conhecimento e potencial individual para participar ativamente na sociedade (Lewis & Messy, 2012).

Ambas as definições apresentadas refletem uma noção de quotidiano que se manifesta na contínua evolução do dia-a-dia das populações. Neste sentido, e tendo ainda por base o estudo de Ana Benavente (Benavente, et. al, 1996), importa referir que ao falar de literacia é necessário ter presente quatro condições:

1. O perfil de literacia de uma população não pode ser considerado como algo constante;
2. O perfil de literacia de uma população não está simplesmente relacionado com os níveis de escolaridade formal que são atingidos;
3. A literacia não é algo definitivo e intemporal;

4. Os níveis de literacia esperados adequam-se aos níveis de exigência das sociedades num determinado momento e, nessa medida, avaliadas as capacidades de uso para o desempenho de funções sociais diversificadas.

Também a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) (Montoya, 2018) apresenta uma definição de literacia, assente em três características fundamentais:

1. A literacia depende do uso que as pessoas lhe dão como forma de comunicação e expressão, através de vários meios de comunicação;
2. A literacia é plural, sendo praticada em contextos específicos, com objetivos e linguagens específicas;
3. A literacia envolve um processo contínuo de aprendizagem medido em diferentes níveis de proficiência.

1.2. Literacia Financeira

1.2.1. Definição de Literacia Financeira

Dentro da literacia, destaca-se a vertente da literacia financeira. Esta temática tem sido amplamente estudada nos últimos anos, especialmente na área das ciências socio-financeiras. Este interesse crescente deriva de vários fenómenos que se apresentam como desafios para a sociedade, desde logo, as mudanças de perfis demográficos, setores financeiros mais complexos, níveis de poupança que se notam diminuir, face ao crescimento do endividamento e cada vez recursos públicos mais escassos (Orton, 2007). Importa ainda referir a pandemia que recentemente vivemos e que acabou por influenciar várias perspetivas e comportamentos da população.

A expressão literacia financeira não apresenta uma definição única e universal, sendo que tem evoluído ao longo do tempo, tornando-se cada vez mais abrangente. Inicialmente implicava apenas a gestão de dinheiro, sendo que atualmente acarreta a noção de conhecimentos e competências na área financeira (Tavares & Almeida, 2020).

Este conceito começou por ser definido, em 1992, como a capacidade de avaliar e tomar decisões informadas e eficazes (Noctor, Stoney, & Stradling, 1992).

Kempson, Collard, & Moore, em 2005, dividiram o conceito de literacia financeira em três domínios: o conhecimento, a atitude e o comportamento, sendo que cada um destes

domínios acarretam ações concretas em cinco áreas distintas: orçamento, conforto, produtos, planeamento e informação, conforme demonstrado na figura 1.

	Orçamento	Conforto	Produtos	Planeamento	Informação
Conhecimento	Compreensão sobre a necessidade, e como equilibrar o orçamento familiar	Compreensão do controlo da situação financeira	Escolha e seleção de produtos	Compreensão do planeamento do futuro	Obtenção de informação e apoio
Atitude	Motivação e confiança em equilibrar o orçamento	A motivação e a confiança em manter o controlo financeiro	Motivação e confiança nos produtos que seleciona	Motivação e confiança no planeamento do futuro	A motivação e confiança na obtenção de informações e ajuda
Comportamento	Equilibrar o orçamento na prática	Manter o controlo na prática	A escolha de produtos na prática	Planeamento do futuro na prática	Manter-se informado na prática

Figura 1 – Análise do conceito Literacia Financeira. Adaptado de (Tavares & Almeida, 2020)

Esta teoria é reforçada pela definição que encontramos presente num relatório da OECD e que afirma que se trata de uma “combinação de sensibilização, conhecimentos, competências, atitudes e comportamentos no domínio financeiro necessários para tomar decisões financeiras adequadas e alcançar o bem-estar financeiro individual.” (OECD, 2020, p. 6). Com base numa análise dos estudos de investigação realizados desde 2000, o autor Remund, em 2010, identifica as cinco categorias utilizadas na definição de literacia financeira: “(1) conhecimento de conceitos financeiros, (2) capacidade de comunicar sobre conceitos financeiros, (3) aptidão para gerir as finanças pessoais, (4) capacidade de tomar decisões financeiras adequadas e (5) confiança em planear eficazmente as necessidades financeiras futuras” (Remund, 2010, p. 279). Neste mesmo artigo, o autor defende a necessidade de criar uma definição mais consistente e universal. Para isso, propõe utilizar o conceito como “medida de compreensão de conceitos financeiros essenciais, juntamente com a capacidade e confiança para gerir finanças de modo apropriado, tomar decisões a curto-prazo, planear a longo-prazo, consciente dos eventos do dia-a-dia e das mudanças das condições financeiras” (Remund, 2010, p. 284)

No estudo de Rai, Dua e Yadav (2019), a literacia financeira é definida como a combinação de atitudes, comportamentos e conhecimentos financeiros que capacitam os indivíduos a tomar decisões financeiras informadas e eficazes, como sistematizado na figura 2.

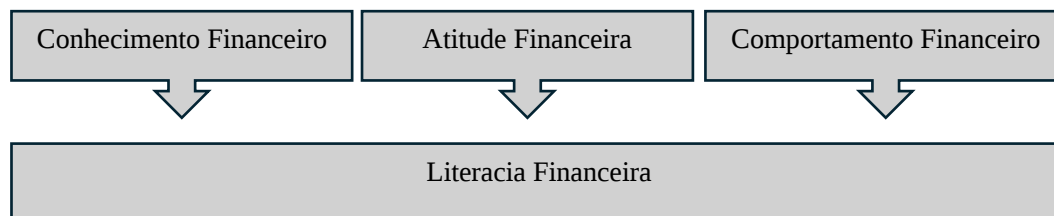


Figura 2 - Literacia Financeira. Adaptado de (Rai, Dua, & Yadav, 2019)

Similarmente ao conceito de literacia apresentado anteriormente, em 2001, Kirsch defendeu que a literacia financeira não é apenas um conhecimento desenvolvido ao longo dos anos de escolaridade, mas o conjunto de capacidades, conhecimentos e estratégias que os indivíduos adquirem durante a sua vida, em vários contextos e na interação com seus pares e com as comunidades em que vivem (Kirsch, 2001). Adicionalmente, Lusardi, Michaud e Mitchell, através de um estudo realizado, construíram um modelo que evidencia que o grau de literacia financeira evolui comparativamente com o fator de idade, em forma de U invertido, sendo também influenciado pelas diferentes fases de rendimento disponível, ao longo da vida (Lusardi, Michaud, & Mitchell, 2017).

No seu estudo, Sandra Huston em 2010, conclui que embora uma medida de literacia financeira possa ser usada para prever comportamentos ou resultados financeiros, não implica necessariamente que os indivíduos se comportem de uma forma que se considere ideal. Outras características, como a impulsividade, preconceitos comportamentais, preferências invulgares ou circunstâncias externas, também contribuem para o que possa parecer uma decisão financeira errada. Uma medida de literacia financeira apenas identifica o capital humano necessário para adotar um comportamento financeiro adequado, não garante que isso aconteça. Assim, os educadores não podem assumir que as pessoas com uma situação financeira inferior à ideal são necessariamente iletrados financeiramente (Huston, 2010).

1.2.2. A importância da Literacia Financeira

Segundo Mandell e Klein (2009) a literacia financeira traz consequências positivas ao comportamento financeiro de um indivíduo, proporcionando que este adote comportamentos

mais saudáveis financeiramente, tome decisões informadas e previna problemas financeiros. Estes autores evidenciam também a importância de ter uma população bem informada financeiramente, para a estabilidade económica e o crescimento sustentável da economia de um país.

A literacia financeira permite que o indivíduo compreenda e lide de uma forma eficaz com uma variedade de questões financeiras que são parte integrante da vida atual, como por exemplo conceitos como hipotecas, seguros, crédito pessoal e impostos. Estes são componentes essenciais da gestão financeira familiar e a falta de conhecimento nestas áreas pode levar a decisões financeiras inadequadas com consequências a longo prazo. Hanna, Waller e Finke (2008) destacam que a educação financeira capacita as pessoas com habilidades necessárias para enfrentar estas complexidades, promovendo uma maior segurança económica e estabilidade financeira.

Para além disto, um estudo de Mahdavi e Horton (2014) indica que pessoas com formação em gestão, economia e finanças tendem a ter um nível mais alto de conhecimento financeiro.

Já Artavanis e Karra (2020) demonstram que há uma relação entre a literacia financeira e os salários iniciais. Sugerem que indivíduos com menor conhecimento financeiro tendem a esperar salários iniciais mais baixos em comparação com os mais literados financeiramente. Isto sugere que a literacia financeira pode desempenhar um papel significativo na explicação das diferenças salariais, pelo menos no início das carreiras profissionais.

Juntam-se a estas questões práticas, a possibilidade de os indivíduos se tornarem melhores compradores e permitir que estes obtenham bens e serviços a um menor preço, conseguindo otimizar o seu orçamento familiar, de forma a poder investir e poupar (Financial Literacy & Education Commission, 2006). A falta de conhecimento financeiro acarreta por isso, custos significativos. Consumidores que não compreendem o conceito de juros compostos, por exemplo, tendem a gastar mais em taxas de transação, acumular mais dívidas e, consequentemente, a enfrentar taxas de juros mais altas ao contrair empréstimos (Lusardi & Tufano, 2009).

Tavares e Almeida (2020) analisaram vários estudos, recolhendo várias evidências que demonstram que os indivíduos com mais competências financeiras podem tomar melhores

decisões, fazem um melhor planeamento de trabalho e poupança para a reforma e conseguem ainda, suportar mais facilmente choques económicos.

A gestão cuidadosa das poupanças e dos investimentos não é apenas crucial para manter o crescimento económico, mas também desempenham um papel fundamental no bem-estar financeiro de cada pessoa. Ao gerir de forma eficaz as suas finanças, as pessoas podem construir reservas financeiras sólidas, proteger-se contra imprevistos e aproveitar oportunidades de crescimento financeiro pessoal. Este cuidado não protege apenas os indivíduos, como também fortalece a economia de forma geral, criando um ambiente económico mais resiliente e próspero (Lewis & Messy, 2012). Hogarth e Hilgert (2002) defendem também que os consumidores mais literados financeiramente tomam melhores decisões para as suas famílias, aumentando a sua segurança económica e o seu bem-estar. Consequentemente, famílias seguras são mais capazes de contribuir para o desenvolvimento económico da comunidade (Hogarth & Hilgert, 2002).

O mundo atual, e em particular o universo financeiro, depara-se com mudanças constantes, sendo caracterizado por uma abundância de informação. Desta forma, existe uma necessidade urgente de filtrar e centrar a informação disponível. Gouws e Shuttleworth (2009) defendem que é necessário estabelecer um equilíbrio entre a relevância da informação e a capacidade de perceção e interpretação da mesma. Os autores acrescentam ainda que a forma como estas informações são geridas pelas organizações, impacta as tomadas de decisões e o planeamento de estratégias.

No seu discurso de tomada de posse de Governador do Banco de Portugal em 2010, Carlos Silva da Costa explicita bem o possível impacto de um baixo nível de literacia financeira na crise financeira existente na altura, tendo afirmado que “de facto, a presente crise financeira internacional veio evidenciar que a informação fornecida aos aforradores ou investidores nem sempre era completa ou adequada ao seu nível de literacia financeira; e que, por vezes, as aplicações foram decididas, ou ignorando o risco que envolviam, ou presumindo que esse risco estava coberto por mecanismos de seguro que não se lhes aplicavam” (Costa, 2010). Isto demonstra o tipo de comportamentos desadequados que uma população pode ter e que pode influenciar a situação económica de um país. Rahmandoust et al. (2011) argumentam que a crise do crédito e a instabilidade dos mercados, presenciadas globalmente no início da década anterior, poderia ter sido mitigada se a literacia financeira

da população da altura fosse mais elevada. Reduziriam, assim, o impacto e a extensão dessa crise que marcou e perturbou a economia mundial.

1.2.3. Avaliação da Literacia Financeira

A literatura académica reconhece dificuldades na medição da literacia financeira. Alguns autores decidiram repartir os níveis de literacia financeira como básico e avançado, relacionando o primeiro com o conhecimento sobre assuntos como juros compostos, inflação e valor temporal do dinheiro, e o segundo, com temas como o risco de ativos, a volatilidade e a diversificação de investimentos (Conselho Nacional de Supervisores Financeiros, 2024).

Huston (2010), constatou que a medição da literacia financeira enfrenta obstáculos para o desenvolvimento de uma abordagem normalizada, sendo o mais relevante, a falta de uma definição do conceito universalmente aceite (Huston, 2010). Apesar disso têm sido adotadas medidas para a sua validação, sendo o recurso a questionários uma das mais frequentes.

Tavares e Almeida analisaram vários estudos sobre a temática, tendo identificado que as determinantes mais estudadas são o género, a idade, o nível de escolaridade, a região do estudo, o estado civil, a situação profissional, o nível de endividamento, a área de formação, a experiência e o conhecimento dos produtos financeiros, o emprego e a profissão (Tavares & Almeida, 2020). Os autores mencionam ainda uma evolução nas determinantes estudadas, desde o início do século XXI, introduzindo questões sobre taxas de juro a curto e a longo prazo, as taxas de inflação, a análise da rentabilidade e do risco, o valor do dinheiro no tempo, a diversificação, o mercado de ações e de títulos públicos e a alfabetização financeira (Tavares & Almeida, 2020).

Foram definidas três perguntas chave da literacia financeira, que são incluídas em todos os inquéritos realizados, nomeadamente nos estudos levados a cabo pela União Europeia (Lusardi & Mitchell, 2011). As questões são:

- 1) Suponha que tem €100 numa conta poupança e a taxa de juro é de 2% ao ano. Se deixar o dinheiro crescer, quanto terá na conta ao fim de 5 anos?
 - (a) Mais de €102
 - (b) Exatamente €102
 - (c) Menos de €102
- 2) Imagine que a taxa de juro do seu depósito a prazo é de 1% ao ano e a inflação é de 2% ao ano. Após 1 ano, o que poderia comprar com o seu dinheiro?

- (a) Mais do que hoje
 - (b) Exatamente o mesmo
 - (c) Menos do que hoje
- 3) Esta afirmação é verdadeira ou falsa? “Comprar ações de uma única empresa geralmente oferece um retorno mais seguro do que um fundo misto de ações.”
- (a) Verdadeira
 - (b) Falsa

Um documento do Banco de Portugal associa a relevância da pandemia “Covid-19” para o despertar de interesses para esta temática, antecipando ferramentas que permitam enfrentar eventualidades inesperadas (Museu do Dinheiro, 2020). Dessa forma, cria uma pergunta extra sobre este tema, associando-a ao conceito de fundo de emergência.

- 1) Em geral, quantos meses de despesas deve guardar para uma emergência ou eventualidade? Imagine uma situação de desemprego motivada por uma pandemia como a de Covid-19.
- (a) 1 a 6 meses
 - (b) 6 a 12 meses
 - (c) 12 a 15 meses

1.3. Literacia Fiscal

1.3.1. Definição de Literacia Fiscal

Apesar das questões fiscais serem presença diária na vida das pessoas, muitas vezes não são resolvidas de forma consciencializada, uma vez que existem fatores que influenciam estas decisões e que são na sua grande maioria desconhecidos.

Para melhor compreender o conceito de literacia fiscal, adicionaremos à definição de literacia, anteriormente revista, o significado da palavra fiscalidade. Fiscalidade apresenta-se no dicionário como o “conjunto de disposições legais destinadas a assegurar a possibilidade de, através dos impostos, o tesouro público assumir a responsabilidade do pagamento das despesas a seu cargo e/ou o conjunto de impostos em vigor” (Porto Editora, 2024). Assim, podemos afirmar que literacia fiscal é a capacidade do indivíduo compreender e interpretar o sistema e conjunto de impostos que o afetam. Já imposto na vertente económica, apresenta-se como “contribuição monetária exigida pelo Estado a pessoas singulares e coletivas para fazer face às despesas públicas” (Porto Editora, 2024).

A literacia fiscal é definida de uma forma prática como a capacidade de o indivíduo preencher a declaração de impostos e calcular as suas obrigações de forma independente (Latiff & Bany-Arifin, 2005). Dessa forma, para cumprir as suas obrigações fiscais, o contribuinte deve saber quais são essas obrigações, o prazo para o seu cumprimento, como as cumprir e qual o valor de pagamento do imposto. Quando os contribuintes são capazes de obter, processar e entender informações básicas sobre fiscalidade para tomar decisões fiscais adequadas, possuem conhecimentos fiscais que integram a literacia fiscal.

1.3.2. Educação Fiscal

A educação fiscal é um conceito abrangente que ultrapassa apenas a compreensão de normas tributárias. Esta desempenha um papel fundamental na promoção da cidadania, ao capacitar indivíduos a participarem ativamente na gestão pública, exigindo transparência e contribuindo para o desenvolvimento social e económico do país.

“O nível de conhecimentos fiscais difere de contribuinte para contribuinte e depende do grau de literacia fiscal, o qual pode ser medido, por exemplo, através dos conteúdos escolares e académicos aprendidos na escola” (Lopes, 2016, p. 7). Desta forma, é possível compreender que a educação fiscal adquire um sentido macro, influenciada pelo grau de literacia e, por sua vez, pelo nível de conhecimento individual, conforme descrito na figura 3.

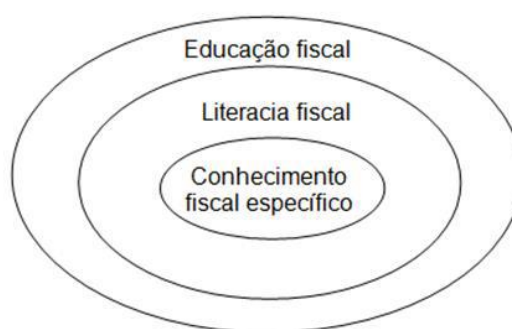


Figura 3- Relação entre educação, literacia e conhecimento fiscal. Adaptado de (Lopes, 2016).

Ramos (2011) define educação fiscal como um método de ensino e aprendizagem destinado a fornecer informações importantes para o dia-a-dia dos cidadãos e conscientizá-los sobre a importância do cumprimento das suas obrigações fiscais. (Ramos J. , 2011) Para além disso, Delgado (2013) atribui a este tipo de educação duas vertentes: a informativa e a formativa, salientando que não basta divulgar a informação ao contribuinte, sendo necessário explicar o motivo pelo qual contribui, pagando um imposto. (Delgado, 2013) Assim,

promove-se uma compreensão mais profunda e uma maior adesão voluntária ao sistema fiscal.

“Uma estratégia de educação fiscal não deve assentar apenas na transmissão de noções fundamentais de impostos mas deverá ser, acima de tudo, uma estratégia mais vasta assente na transmissão de valores morais e cívicos, isto é, uma estratégia de civismo e cidadania, onde a parte fiscal deverá estar incluída” (Lopes, 2016, p. 18). Este tipo de educação contribui para uma maior consciência, que fomenta o aumento do nível de cultura e resulta assim, numa maior cidadania fiscal (relação demonstrada na figura 4). Esta é considerada ativa quando o cidadão tem o direito de conhecer, entender e aceitar os impostos que está disposto a pagar e passiva quando o cidadão tem o dever de suportar financeiramente o Estado, independentemente do seu consentimento (Simões, 2016). Ao fomentar atitudes de respeito pelo que é público, incentiva-se o reconhecimento do valor dos bens e serviços públicos, reforçando a ideia de que estes são mantidos pelos impostos pagos por todos.

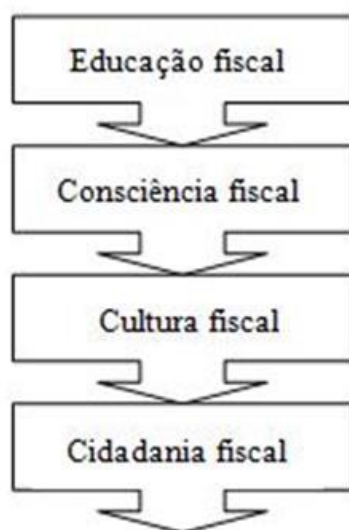


Figura 4 - Relação entre educação, consciência, cultura e cidadania fiscal. Adaptado de (Marques, 2017)

Martins, conclui que a educação fiscal é fundamental para garantir a efetivação da justiça tributária e permitir que os Estados desempenhem as suas funções em benefício de todos os cidadãos. (Martins, 2019) Ao promover o entendimento e a consciencialização sobre as obrigações fiscais, a educação fiscal contribui para um sistema tributário mais justo e equitativo.

1.3.3. Conhecimento Fiscal

O conceito de conhecimento fiscal não está claramente definido na literatura tributária e é geralmente utilizado num sentido amplo. Diversos autores atribuem-lhe conotações diferentes, o que pode provocar dificuldades e fragilidades ao comparar resultados dos estudos realizados.

Andreas e Savitri (2015) dividiram o conhecimento fiscal em duas categorias: o conhecimento genérico sobre matérias fiscais, que promove uma compreensão geral do sistema fiscal, e o conhecimento específico, que pode influenciar a capacidade e a disposição dos indivíduos para evitar o pagamento de impostos de maneira legal ou ilegal (Andreas & Savitri, 2015).

O nível de conhecimento fiscal traduz-se no conjunto de conhecimentos técnicos e fiscais básicos necessários ao cumprimento atempado de todas as obrigações tributárias (Lopes, 2008).

O conhecimento fiscal é, assim, um processo abrangente que envolve a aquisição de conhecimentos detalhados sobre tributação e a sua aplicação prática na determinação do imposto a pagar. Segundo Nurkhim *et al.* (2018), esse processo inclui vários aspetos fundamentais: a facilidade de aquisição do conhecimento, a compreensão das funções e benefícios do imposto, o preenchimento dos modelos declarativos e preparação de relatórios financeiros, conhecer a forma de pagamento dos impostos, saber calcular o imposto, minimizar a carga fiscal dentro das soluções permitidas na lei, conhecimento das contraordenações e crimes por violação e o conhecimento e compreensão da essência do imposto (Nurkhin, Novanty, Muhsin, & Sumiadji, 2018).

É importante realçar que o conhecimento fiscal não é algo estanque ao longo dos tempos. Recorrendo à educação fiscal, pode ser aprofundado e o próprio indivíduo adquire um conhecimento especializado em determinada temática, frequentando cursos com currículos específicos na área dos impostos, através da experiência e da atualização profissional e das interações que se estabelecem com outros profissionais, com clientes e com as administrações fiscais.

1.4. Contexto dos jovens portugueses

1.4.1. Literacia Financeira

A melhoria nos indicadores de avaliação de literacia financeira futuros, só pode ser verificada se houver uma aposta concreta na formação da população mais jovem. Várias organizações internacionais, incluindo governos, já reconheceram a importância de transmitir conhecimentos e treinar capacidades, para a implementação de melhores práticas e, consequentemente, assistirmos a melhores decisões financeiras (Financial Literacy & Education Commission, 2006). A necessidade desta atuação urgente, foi anteriormente levantada em 2005, por Suiter e Meszaros, afirmando que a publicidade afeta fortemente os padrões de comportamento dos mais jovens (Suiter & Meszaros, 2005). Relacionaram, ainda, o facto de as crianças frequentarem mais vezes lojas, do que dedicarem tempo à leitura, à participação em grupos de jovens, à igreja, a uma atividade doméstica ou em brincadeiras ao ar livre.

A pandemia COVID-19 terá acelerado em cerca de sete anos a digitalização de produtos e serviços na Europa. Pelo que, “a intensificação do processo de transformação digital tem tido um impacto muito significativo nos serviços financeiros” (Lagarde, 2021). Observa-se uma crescente importância dos canais digitais na contratação de produtos e serviços financeiros, o aparecimento de novos produtos e de produtos tradicionais com novas características e a entrada nos mercados de retalho de novos prestadores de serviços, num contexto em que as fronteiras nacionais se diluem com a prestação transfronteiriça de serviços, sendo que os mais expostos a estas situações continuam a ser os jovens que mais frequentemente utilizam estes serviços (Conselho Nacional Supervisores Financeiros, 2021).

Concretamente em Portugal, um relatório apresentado em 2022 por Reis e Wemans, analisou os resultados obtidos pelos estudantes portugueses de 15 anos no módulo de literacia financeira do PISA (*Programme for International Student Assessment*) 2018 (Reis & Wemans, 2022). É de realçar os seguintes dados:

- 60% dos estudantes realizou um pagamento online no ano anterior;
- 45% dos estudantes detém uma conta bancária;
- Cerca de 20% dos estudantes detém um cartão de débito ou crédito;
- 50% dos estudantes diz ter discutido o tema literacia financeira numa aula de matemática;
- 90% dos estudantes diz ter como fonte financeira os pais.

Existe, ainda, uma clara correlação entre os níveis de literacia financeira e os resultados obtidos nas disciplinas de matemática e leitura, pelo que o percurso escolar de cada aluno pode explicar a sua pontuação neste tipo de estudo. Outros fatores avaliados foram o nível educacional dos pais e os recursos disponíveis (número de livros em casa). Foi possível identificar que existe uma relação diretamente proporcional entre estes dois últimos fatores referidos e o nível de literacia financeira (Reis & Wemans, 2022).

1.4.2. Análise de inquéritos realizados anteriormente

1.4.2.1. PISA 2022

O PISA é um estudo internacional conduzido pela OECD que tem como principal objetivo avaliar os sistemas educacionais em todo o mundo, medindo as competências de alunos em três áreas principais: leitura, matemática e ciências. O PISA também inclui, ocasionalmente, avaliações de outras áreas, como resolução de problemas e literacia financeira.

De acordo com os últimos resultados do relatório do PISA 2022, os jovens portugueses apresentam níveis de literacia financeira abaixo da média da OECD, apresentando um resultado de 494 pontos face aos 498 pontos de referência. Existe também uma diferença de género sendo que o sexo feminino apresentou um resultado médio de 490 pontos e o sexo masculino de 498 pontos. Os resultados evidenciaram ainda um desfasamento de 74 pontos dos alunos com piores condições socioeconómicas, face os alunos com mais vantagens.

O estudo avalia os alunos em 5 níveis, numa classificação crescente entre 1 e 5, segundo a seguinte base de critérios:

- **Nível 1:** são capazes de identificar produtos e termos financeiros comuns e interpretar informações relacionadas com conceitos financeiros básicos, tais como reconhecer a finalidade de uma fatura ou um contrato de seguro.
- **Nível 2:** começam a aplicar os seus conhecimentos para tomar decisões financeiras em contextos que são imediatamente relevantes para eles. São capazes de reconhecer o valor de um orçamento simples e de efetuar uma avaliação simples da relação qualidade-preço, escolhendo entre comprar tomates ao quilo ou à caixa.
- **Nível 3:** começam a considerar as consequências das decisões financeiras e fazem planos financeiros simples em contextos comuns, como comparar as

vantagens financeiras de pedir dinheiro emprestado com diferentes taxas de juro e prazos de reembolso, ou planear um orçamento com base na quantidade de utilização e nos custos incorridos.

- **Nível 4:** são capazes de interpretar e avaliar uma série de documentos financeiros pormenorizados e explicar as funções dos produtos financeiros menos utilizados. Podem também tomar decisões financeiras, tendo em conta as suas consequências a longo prazo e resolver problemas de rotina em contextos financeiros desconhecidos.
- **Nível 5:** aplicam a sua compreensão de uma vasta gama de termos e conceitos financeiros em contextos que só mais tarde poderão ser relevantes para as suas vidas, como, por exemplo, pedir empréstimos. Os alunos deste nível conseguem analisar produtos financeiros complexos e ter em conta características de documentos financeiros que são importantes, mas que não são referidas ou não são imediatamente evidentes. São capazes de trabalhar com um elevado nível de precisão e resolver problemas financeiros não rotineiros.

Do estudo referido, é possível analisar na figura 5 os resultados obtidos pelos alunos portugueses, subdivididos pelos diferentes níveis definidos.

Níveis de proficiência dos alunos portugueses no PISA 2022					
Abaixo Nível 1	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4	Nível 5
3,30%	12,20%	24,70%	31,80%	21,50%	6,50%

Figura 5- Níveis de proficiência dos alunos portugueses no PISA 2022 Fonte: (OECD, 2024)

É possível concluir que 15,50% dos participantes apresentam pouca proficiência em literacia financeira. Para além disso, 6,50% dos inquiridos apresentam conhecimentos financeiros elevados, tendo atingido o nível máximo da escala definida.

Quando comparados com os resultados da média da OECD, como é possível verificar na figura 6, os níveis 2, 3 e 4 apresentam percentagens superiores de alunos portugueses. No entanto, em Portugal verifica-se um menor conhecimento especializado, isto é, existe uma menor percentagem de alunos que atingem o nível 5. Importa ainda referir que nos níveis inferiores (igual ou inferior a 1), Portugal também apresenta uma percentagem inferior à média da OECD.

	Diferença níveis de proficiência dos alunos portugueses e a média da OECD					
	Abaixo Nível 1	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4	Nível 5
Portugal	3,30%	12,20%	24,70%	31,80%	21,50%	6,50%
OECD	5%	12,90%	22,50%	27,60%	21,40%	10,60%
Diferença	-1,70%	-0,70%	2,20%	4,20%	0,10%	-4,10%

Figura 6 - Diferença níveis de proficiência dos alunos portugueses e a média da OECD. Fonte: (OECD, 2024)

1.4.2.2. Todos Contam - 4.º Inquérito à Literacia Financeira da População Portuguesa

Esta é uma iniciativa do Conselho Nacional de Supervisores Financeiros, no âmbito do Plano Nacional de Formação Financeira, com o objetivo de caracterizar e avaliar os níveis de literacia financeira dos residentes portugueses com idade igual ou superior aos 16 anos. (Conselho Nacional de Supervisores Financeiros, 2024)

O inquérito apresenta como principais resultados para a faixa compreendida entre os 18 e 24 anos, as seguintes conclusões quanto ao planeamento do orçamento familiar e poupança:

- Dos participantes 14,6% afirma ter total responsabilidade pelas suas decisões financeiras;
- Apenas 18,6% dos participantes nestas idades faz um plano para gerir o seu rendimento e as suas despesas;
- 70% dos jovens não realizaram poupança no último ano;
- Perto de metade dos participantes (45%) não tem capacidade para pagar uma despesa inesperada.

Este inquérito, para participantes entre os 18 e 24 anos, é composto por dez questões, sendo que sobre os níveis de conhecimentos financeiros, o número médio de respostas corretas foi de seis. Foi possível compreender que o nível de escolaridade impacta positivamente as respostas certas neste inquérito verificando-se um número médio superior, a cada degrau de escolarização avaliado, desde “sem instrução” até ao ensino superior, como é possível observar pela análise da figura 7.

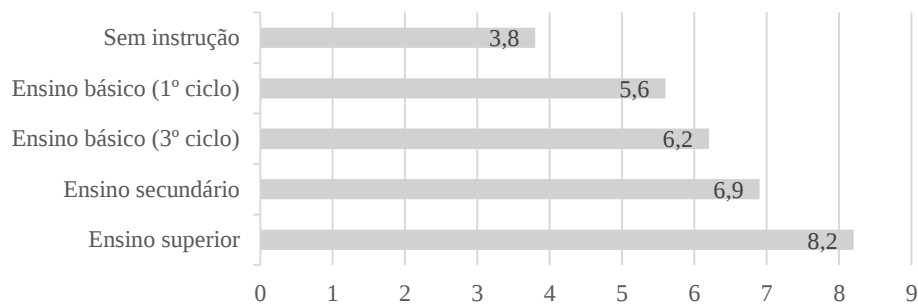


Figura 7- Relação do nível de escolaridade com número de respostas corretas. Fonte: (Conselho Nacional de Supervisores Financeiros, 2024)

A maioria dos participantes evidencia dificuldade na compreensão e cálculo de conceitos básicos financeiros como os juros simples e compostos. Menos de metade dos participantes (39,1%) respondeu corretamente à questão sobre juros simples e quando avaliados os juros compostos, a percentagem de respostas certas diminuiu para 24,2%. O conceito de inflação também foi avaliado, sendo que 90,1% dos participantes mostrou compreender o significado deste conceito.

2. Metodologia de Investigação

Após a revisão de literatura realizada e apresentada no capítulo anterior, foi possível compreender que esta é uma temática abrangente e que ainda existe um longo caminho a realizar em Portugal. Por um lado, torna-se urgente conhecer o nível de literacia existente na população, de forma a ter evidência mais completa e real sobre o estado atual. Por outro lado, com os dados existentes é necessário criar políticas que visem colmatar as falhas existentes e potenciar conhecimentos e comportamentos ajustados e seguros no que a esta temática diz respeito. Só com este grau de investimento, será possível tornar os atuais jovens em adultos mais conscientes, participativos e com comportamentos mais seguros, quer no mundo profissional, social ou até mesmo no seio familiar. Como tal, torna-se pertinente continuar a investir nesta área.

O presente estudo tem como principal objetivo refletir acerca da temática das literacias financeira e fiscal e avaliar os conhecimentos e práticas dos jovens portugueses. Deste objetivo geral emergem objetivos específicos que foram organizados por ordem de prioridade:

- Formular questões de carácter fiscal sobre as práticas do quotidiano (recibos verdes, IRS – imposto sobre o rendimento de pessoas singulares, atividade, obrigações declarativas, etc.), tendo por base questionários pré-existentes e utilizados em estudos anteriores;
- Identificar os temas que carecem de uma maior aposta de formação junto dos jovens;
- Avaliar a perceção dos jovens portugueses sobre o domínio destes conhecimentos;
- Correlacionar variáveis definidas com os resultados obtidos;
- Refletir sobre formação futura dos jovens acerca destas temáticas.

Assim, foi realizado este estudo quantitativo que, de acordo John e David Cresswell “é uma abordagem voltada para a exploração e para o entendimento do significado que indivíduos ou grupos atribuem a um problema social ou humano” (Cresswel & Cresswell, 2018, p. 22).

2.1. Recolha de dados e amostra

Através da formulação de um questionário construído a partir de exemplos utilizados noutros estudos, com a inclusão de questões com referência ao tema da fiscalidade

portuguesa, foi efetuada a recolha de dados. Esta técnica mostrou ser a mais eficaz para o estudo, pois possibilita a obtenção de informações relevantes e mais aproximadas à realidade dos jovens portugueses.

Este questionário *online* e de cariz anónimo foi disponibilizado através do envio via plataformas de redes sociais, para um conjunto de jovens entre os 17 e os 25 anos, que pertencem a grupos desportivos, de escuteiros ou alunos que frequentam ou frequentaram a Licenciatura em Contabilidade e Administração, no ISCAP (Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto).

Inicialmente, o questionário apresenta dez questões, entre elas seis de cariz demográfico e as restantes com uma vertente económica, para caracterizar a amostra e, posteriormente, avaliar possíveis relações nos resultados obtidos. De seguida, é solicitado ao participante que, através de uma escala de *Lickert* (de um a cinco), atribua um grau de importância às literacias abordadas, auto-avale o seu nível de conhecimento nas mesmas e selecione dois dos locais em que considera ter aprendido mais sobre estas temáticas. A parte central do questionário, é composta por um total de catorze questões, estando elas subdivididas de igual forma entre a avaliação de conhecimento financeiro e de conhecimento fiscal. Para além disto, na parte financeira do questionário, é colocada uma questão que permite medir o nível de risco que cada participante atribui a diversos produtos financeiros. No final, é questionada a importância destas temáticas no programa educativo português e é pedida a identificação de duas formas de aprendizagem mais eficientes para estas temáticas.

Antes da implementação do questionário, o mesmo foi submetido a um pré-teste junto de alunos do mestrado de Contabilidade e Finanças do ISCAP, de forma a identificar possíveis problemas, garantir a eficácia do questionário e realizar ajustes necessários.

Após a implementação do instrumento utilizado, realizou-se uma análise de resultados por variáveis e posteriormente por tipo de questões (financeiras e fiscais).

2.2. Tratamento da Informação

O questionário em anexo foi elaborado na ferramenta do *Office 365 - Microsoft Forms* e os resultados obtidos foram exportados para a ferramenta do *Office 365 – Microsoft Excel*, onde foram organizados e trabalhados.

Inicialmente, foram excluídos quatro participantes, uma vez que não se enquadravam no critério de idade estabelecido, ou seja, no intervalo entre os 17 e 25 anos. Desta forma, obteve-se uma amostra com um total de 55 respostas válidas.

A cada resposta correta foi atribuído um ponto e zero por cada resposta errada, com base no método de mensuração adotado por Monticone no seu estudo de 2010 (Monticone, 2010). A pontuação máxima do questionário equivale, por isso a 14 pontos, distribuídos de igual forma pelas duas temáticas: financeira e fiscal.

De forma a ser possível realizar a análise dos dados, foi definida uma escala de avaliação qualitativa com quatro categorias: “insuficiente”, “razoável”, “bom” e “muito bom. A cada uma destas categorias equivale um intervalo de pontos somados consoante o número de respostas corretas de cada participante, conforme descrito na figura 8.

Pontuação total	Avaliação Qualitativa
0 a 6	Insuficiente
7 a 9	Razoável
10 a 12	Bom
13 a 14	Muito bom

Figura 8 - Escala de avaliação utilizada para a análise global do questionário

Após realizada a análise dos resultados no contexto geral do questionário, foi efetuada uma quantificação dos resultados por cada uma das subdivisões em estudo (componente financeira vs. componente fiscal). De forma a realizar uma análise por cada um destes dois setores, foi adaptada a escala de avaliação descrita acima.

Pontuação total	Avaliação Qualitativa
0 a 2	Insuficiente
3 a 4	Razoável
5 a 6	Bom
7	Muito bom

Figura 9- Escala de avaliação utilizada para a análise do questionário por temática

Por último, são apresentados os resultados por variável de caracterização da amostra.

3. Análise de Dados

3.1. Caracterização da Amostra

Foram utilizadas para caracterização da amostra, as variáveis sociodemográficas: idade, género, grau de escolaridade, área de formação, distrito de residência e grau de escolaridade dos pais. De forma a conhecer a vertente económica, as variáveis escolhidas foram: a principal fonte de rendimento, a propriedade de uma conta de depósitos à ordem e de um cartão de crédito, o hábito de poupança e o rendimento líquido do agregado familiar em que se insere.

3.2. Variáveis sociodemográficas

3.2.1. Idade

Neste questionário apenas foram considerados os participantes com uma idade superior ou igual a 17 anos e inferior ou igual a 25 anos. A média de idades dos participantes foi de 21,81 anos.

3.2.2. Género

A maioria dos participantes (56%) são do género masculino, sendo que os restantes se identificaram como género feminino (44%), como demonstrado na figura 10.

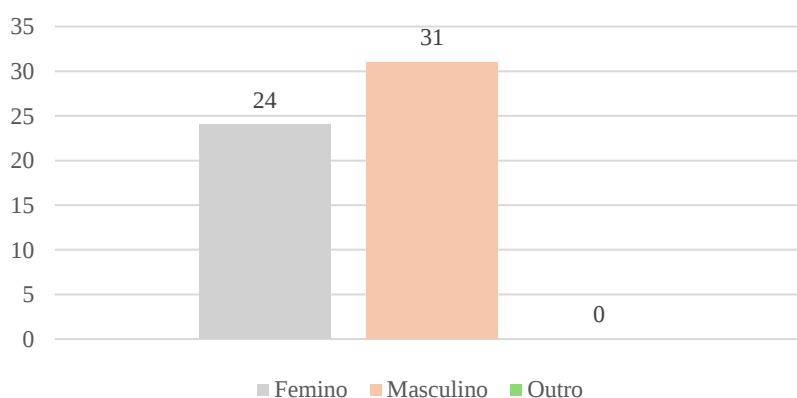


Figura 10 – Distribuição do género da amostra

3.2.3. Grau de escolaridade

Através da análise de dados, é possível verificar que a maioria dos participantes é detentora de um curso superior. Como pode ser observado na figura 11, 38% da amostra possui uma licenciatura e 40% tem o grau de mestre. O ensino secundário é o nível de

escolaridade de 20% da amostra. É de realçar ainda que uma pessoa selecionou a opção “outro”, não tendo discriminado qual o nível de formação.

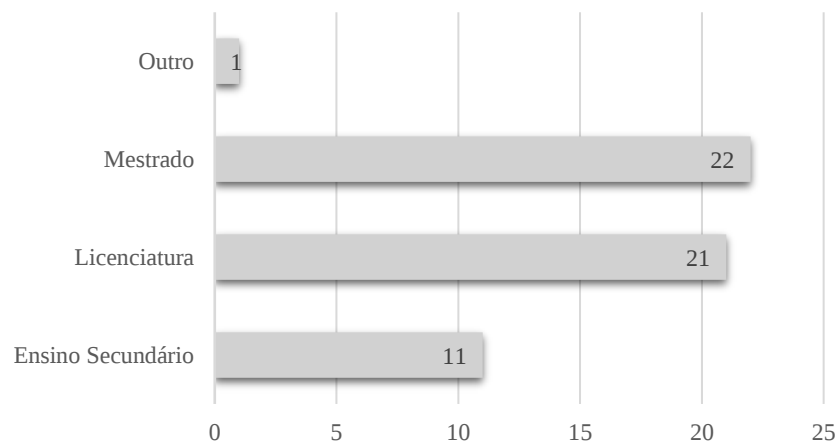


Figura 11 – Distribuição dos graus de escolaridade da amostra

3.2.4. Área de formação

Através da análise desta variável, foi possível avaliar se os participantes frequentaram um curso na área das ciências socioeconómicas ou se direccionaram a sua formação numa área distinta. Como podemos observar na figura 12, apenas dezoito participantes possuem habilitações na área das ciências socioeconómicas.

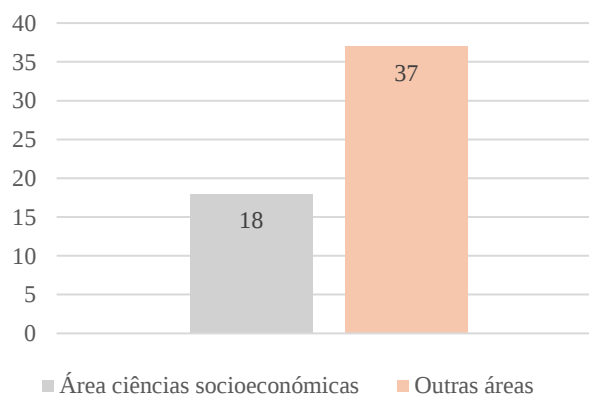


Figura 12 – Distribuição de área de formação da amostra

3.2.5. Distrito de residência

A variável “distrito de residência” demonstrou ser a variável mais consensual entre os participantes. É possível observar que a maioria da população (89%) reside no distrito do Porto e 5% vive em Braga. Existem ainda mais três distritos mencionados pelos participantes com uma distribuição de 2% cada - Lisboa, Madeira e Zuid nos Países Baixos.

3.2.6. Grau de escolaridade dos pais

Com o intuito de avaliar o impacto do nível de formação dos pais, foi solicitado a cada inquirido que mencionasse o grau de escolaridade dos seus pais, optando pelo mais elevado, no caso de não coincidirem.

Como é possível observar na figura 13, verifica-se que mais de metade da amostra (63%) referiu que os pais têm formação no ensino superior; 33% concluíram o ensino secundário e os restantes 4% frequentaram o ensino básico.

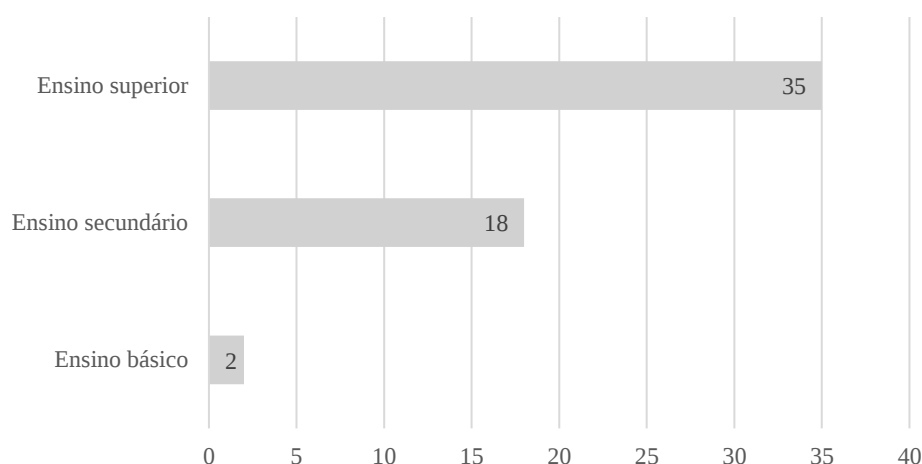


Figura 13 – Distribuição do grau de escolaridade dos pais da amostra

3.3. Variáveis Financeiras

3.3.1. Principal fonte de rendimento

Com a análise desta variável foi possível identificar a principal forma de obtenção de rendimento dos jovens participantes, como é descrito na figura 14. O salário foi identificado como a principal origem de rendimento por 58% dos participantes, seguindo-se a mesada com 25% de respostas e a opção “outro” com 16% do total. É de realçar que nenhum dos participantes mencionou ter como principal fonte de rendimento a bolsa ou investimentos realizados.

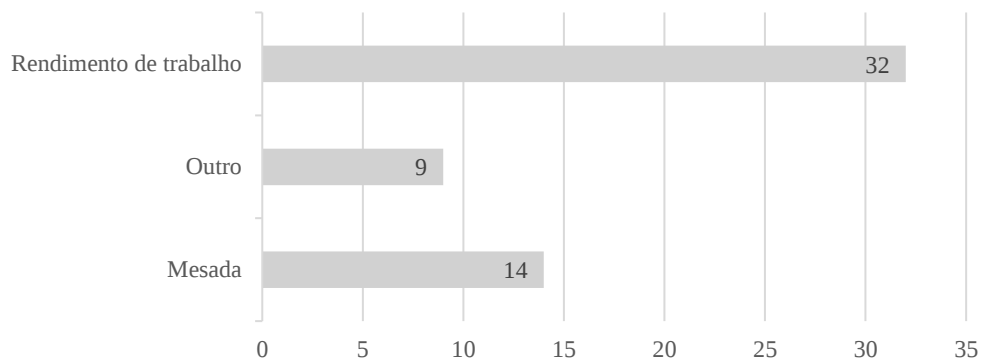


Figura 14 – Distribuição da principal fonte de rendimento da amostra

3.3.2. Propriedade de uma conta de depósitos à ordem

A detenção de diferentes produtos bancários, pressupõe um conhecimento das suas funções, das vantagens e desvantagens associadas. A escolha entre dois produtos relativamente comuns como uma conta de depósitos à ordem ou a seleção de um cartão de crédito, por exemplo, traduzem medidas de disciplina financeira. Medidas estas que permitem usufruir de algumas recompensas, como por exemplo, o *cashback*, muitas vezes associado aos cartões de créditos das mais variadas instituições bancárias, mas também as implicações que este tipo de produtos acarretam.

Do total dos participantes, 80% confirma possuir uma conta de depósitos à ordem, sendo que destes, apenas 41% junta ao anterior produto, um cartão de crédito.

3.3.3. Hábitos de poupança

Entende-se por poupança a fração dos rendimentos que não foram gastos no período em que foram recebidos. Desenvolver o hábito de poupar possibilita prever cenários futuros, enfrentar imprevistos com mais serenidade e até conseguir transformar a poupança em investimento. Existem diferentes métodos de poupança, mais ou menos rígidos. No entanto, poupar permite sempre planear com maior cuidado e antecipar possíveis eventos futuros.

Analisando os resultados obtidos, percebemos que apenas 11% da amostra não demonstra hábitos de poupança.

3.3.4. Rendimento líquido do agregado familiar

Diversos estudos evidenciam a influência da disponibilidade financeira do agregado familiar no nível de literacia financeira dos indivíduos. Desta forma, é importante caracterizar a amostra tendo em conta esta condição. Foram definidos quatro intervalos para balizar o rendimento do agregado familiar de cada participante. São eles:

1. Não tem conhecimento
2. Entre 501€ e 1.000€
3. Entre 1.001 e 2.000€
4. Entre 2.001 e 4.000€
5. Acima de 4.000€

A maior parte dos participantes afirma que o seu agregado familiar tem uma disponibilidade superior a 1000€, como evidenciado na figura 15, sendo os dois intervalos intermédios aqueles que registam uma maior percentagem da amostra. Também se observou que cerca de 18% dos participantes não têm conhecimento do total de rendimentos do agregado familiar.

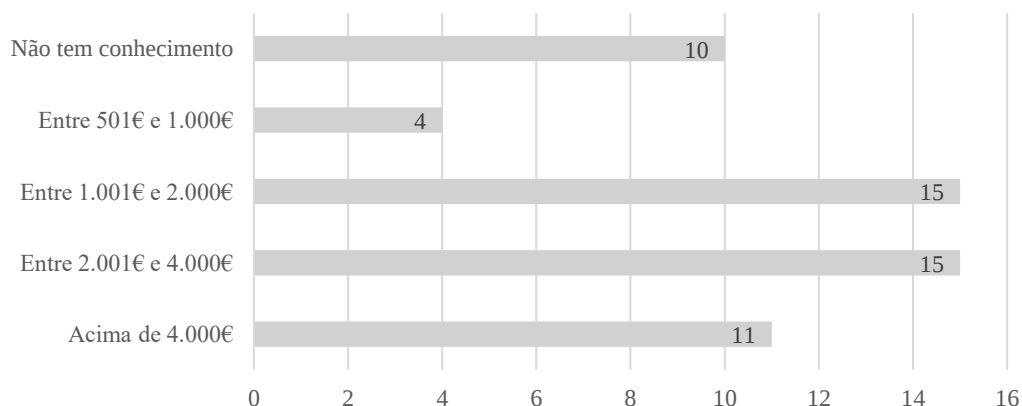


Figura 15- Distribuição do rendimento líquido do agregado familiar da amostra

3.4. Análise das respostas ao questionário

Tendo por base a escala qualitativa definida anteriormente, onde é atribuído um nível de avaliação de acordo com o número de respostas corretas, procedeu-se à contagem absoluta do número de participantes, por cada um desses intervalos.

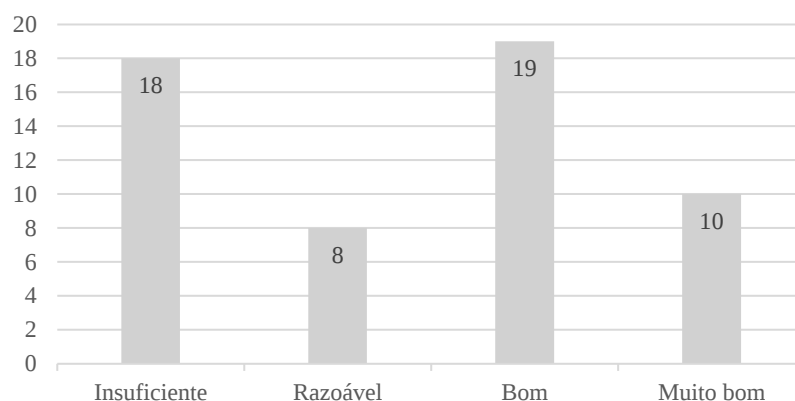


Figura 16 - Distribuição do número de participantes por nível de avaliação

Pela análise dos dados da figura 16, é possível inferir que 32,73% da amostra obteve uma classificação “insuficiente”, tendo respondido corretamente a menos de metade das questões. Um número suficiente de respostas corretas (7 a 9) foram dadas por 14,55% dos participantes, obtendo uma classificação razoável. O intervalo de respostas corretas entre as 10 e as 12, foi aquele onde se registou uma maior percentagem, sendo atribuída a classificação de “bom” a 34,55% dos participantes. No último patamar, equivalente à classificação “muito bom”, e com uma percentagem de respostas certas superior a 90%, enquadram-se apenas 18,18% dos registos. Importa ainda referir que apenas três participantes foram capazes de responder acertadamente a todas as questões e dois erraram todas as respostas.

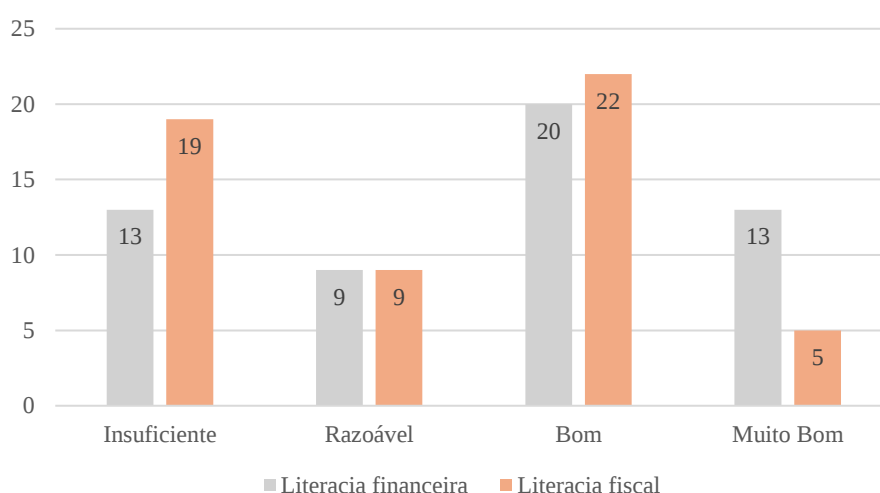


Figura 17 – Distribuição da classificação por tipo de literacia

Detalhando a análise efetuada por cada tipo de conhecimento avaliado, como se observa na figura 17, podemos inferir que os participantes apresentam melhores níveis de literacia financeira do que fiscal, uma vez que na primeira temática a maior parte dos participantes (60%) enquadra-se nas categorias de “bom” e “muito bom”. Na área fiscal verificou-se o oposto, com uma maior incidência (51%) nas categorias de “insuficiente” e “razoável”.

Destaca-se na categoria “muito bom” a diferença de participantes que conseguiram responder corretamente a todas as questões por temática, 13 na financeira e cinco na fiscal, registando-se aqui a maior diferença entre as duas.

3.5. Análise das respostas ao questionário por questão financeira

Na figura 18 é possível consultar a percentagem de respostas, após a classificação em certas e erradas, por cada questão financeira colocada no questionário.

Nº Questão	Questão	% respostas certas	% respostas erradas
1	Suponha que coloca 100 euros num depósito a prazo com uma taxa de juro anual de 2%. Quanto é que terá na conta ao fim de um ano? (Considere que não são cobradas comissões nem impostos)	84%	16%
2	E ao fim de 5 anos? (Considere que não são cobradas comissões nem impostos, que no fim de cada ano deixa o valor dos juros ficar nesse mesmo depósito a prazo e que os juros são compostos)	62%	38%
3	Suponha que tem 100€ numa conta bancária cuja taxa de juro é de 1% ao ano e que a inflação é 2% ao ano. Daqui a um ano, o que acha que conseguiria comprar com o dinheiro dessa conta, sabendo que não faz mais depósitos, não levanta dinheiro da conta e não há impostos nem comissões?	78%	22%
4	Um empréstimo a 15 anos normalmente exige pagamentos mensais mais altos do que um empréstimo a 30 anos, mas o total de juros pagos ao longo da vida do empréstimo será menor.	64%	36%
5	Geralmente é possível reduzir o risco de investimento no mercado de capitais se comprarmos um conjunto diversificado de ações.	62%	38%
6	Suponha que 1,00 EUR equivale a 1,25 USD.	56%	44%
7	Provavelmente já ouviu falar de Euribor. Sabe o que é?	71%	29%

Figura 18 – % de respostas certas e erradas por cada questão financeira do questionário

As temáticas dos juros simples abordada na questão número 1 foi a que apresentou uma maior taxa de respostas certas. No entanto, quando avaliado o conhecimento sobre juros compostos, através da questão número dois, já se registou uma das menores taxas de eficácia na resposta.

A inflação foi o segundo tema com o resultado mais positivo (questão número três), apresentando uma percentagem de respostas corretas de 78%. Para além disto, para além dos juros compostos, a noção de risco nos investimentos (questão número cinco) e ainda a conversão de moedas, especificamente entre o dólar americano e o euro (questão número seis) são as questões com maior taxa de insucesso, apresentando uma percentagem de respostas certas de 62% e 56%, respetivamente. A noção de juros pagos ao longo de um empréstimo (questão número quatro) também verificou uma percentagem de respostas corretas inferior a 65%.

Por último, e apesar de ser um tema atual, 29% dos participantes erraram na questão relacionada com o conhecimento do conceito Euribor (questão número sete).

Considerando a pontuação máxima possível para esta parte do questionário (385 pontos), conclui-se que a taxa de sucesso nas respostas foi de 68,05%, o que corresponde a um total de 262 pontos, obtidos pelos 55 participantes.

3.6. Análise das respostas ao questionário por questão fiscal

Na figura abaixo é possível consultar a percentagem de respostas, após a classificação em certas e erradas, por cada questão fiscal colocada no questionário.

Nº Questão	Questão	% respostas certas	% respostas erradas
1	Um trabalhador dependente deve passar recibos verdes à sua entidade patronal.	69%	31%
2	Para passar um recibo verde preciso de abrir atividade nas finanças?	65%	35%
3	A taxa de retenção de um recibo verde, corresponde à taxa de IRS a pagar no final do ano.	31%	69%
4	O João tem um salário bruto de 1.000€ e um subsídio de refeição de 5€/dia (isento de imposto). Considere como valor de retenção de IRS e de segurança social, 80€ e 110€ respetivamente e que os dias úteis do mês foram 22. Qual o valor que o João recebe na sua conta, no final do mês?	75%	25%
5	A declaração de IRS evidencia os rendimentos obtidos por determinado sujeito passivo, durante um ano civil.	64%	36%
6	Os valores resultantes das vendas de ações estão sujeitos a IRS?	42%	58%
7	Só existe em vigor uma taxa de IVA (23%).	78%	22%

Figura 19 – % de respostas certas e erradas por cada questão fiscal do questionário

Após análise dos dados apresentados na figura 19, é possível afirmar que os piores resultados verificaram-se nas temáticas relacionadas com o IRS, nomeadamente na taxa de retenção de um recibo verde (questão número três) e na sujeição da venda de ações (questão número seis), onde a maioria dos participantes respondeu de forma errada. No oposto e com uma maior percentagem de respostas corretas temos a questão número sete, relacionada com o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) e, de seguida, aquela que exemplifica o cálculo do salário líquido de qualquer trabalhador ao final do mês, a questão número quatro. As questões um, dois e cinco sobre recibos verdes e declaração de IRS, tiveram taxas de eficácia entre os 60% e os 70%.

Considerando a pontuação máxima possível para esta parte do questionário (385 pontos), conclui-se que a taxa de sucesso nas respostas foi de 60,51%, o que corresponde a um total de 233 pontos, obtidos pelos 55 participantes.

3.7. Análise das respostas ao questionário por variável

3.7.1. Análise das respostas ao questionário por género

Atendendo à avaliação qualitativa definida, podemos verificar, através da figura 20, que quanto ao género feminino os resultados foram muito homogéneos, tendo-se registado a mesma percentagem de participantes inseridos nos níveis compreendidos entre insuficiente e bom. A classificação de “muito bom” registou 12,50% das respostas. As maiores frequências de respostas corretas foram 8 e 11, as duas com 16,67% das participantes.

No género masculino a maior parte dos participantes insere-se na avaliação de “bom” e importa referir que o segundo intervalo com mais percentagem foi o de “muito bom”, com 38,71% e 22,58%, respetivamente.

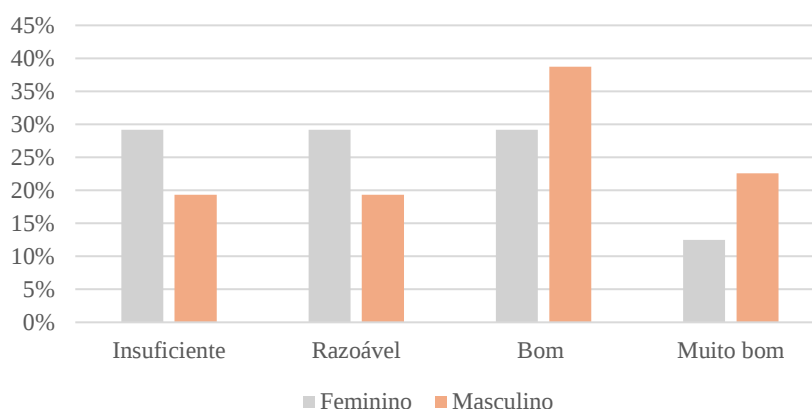


Figura 20- Distribuição da classificação do questionário por género

Quando comparadas as médias de respostas certas o género masculino apresenta um número superior em duas questões face ao género feminino, sendo as médias aproximadas de dez e oito, respetivamente. Em ambos os géneros, um participante, não acertou em nenhuma das questões apresentadas.

3.7.1.1. Análise das respostas ao questionário nas questões financeiras

Em relação às questões sobre literacia financeira, os resultados continuam favoráveis ao género masculino, que apresenta uma maior percentagem de participantes enquadrados nos dois últimos intervalos de classificação, como observado na figura 21. Em ambos os géneros a maior parte dos participantes obteve uma classificação de “bom”.

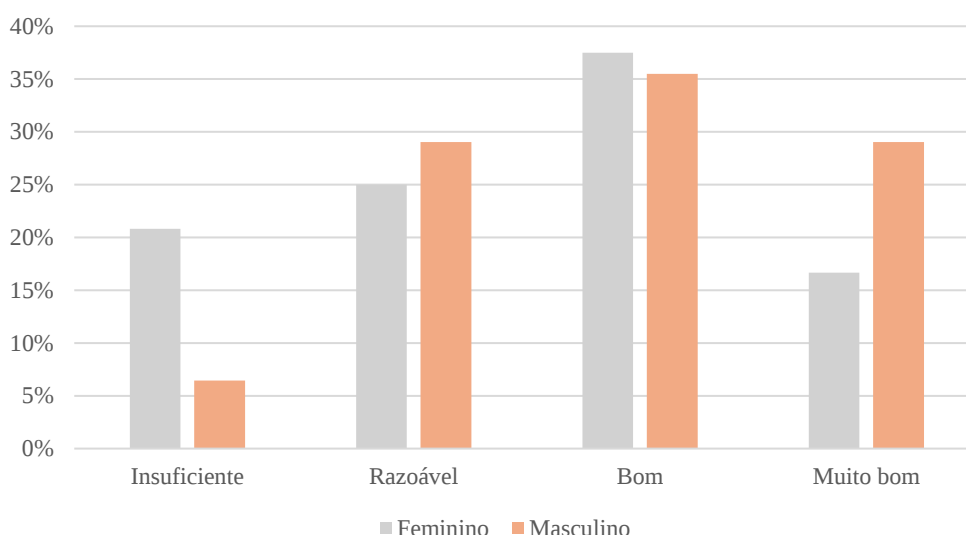


Figura 21- Distribuição da classificação relativa às questões financeiras do questionário por género

A média de respostas certas continua superior no género masculino, tendo-se verificado cinco face às quatro do género oposto. Três participantes não responderam acertadamente a nenhuma questão da área financeira, duas pessoas do género feminino e um participante do género masculino.

3.7.1.2. Análise das respostas ao questionário nas questões fiscais

Como anteriormente verificado o género masculino apresenta resultados mais favoráveis. Comparativamente com o tipo de questões anteriores, para ambos os géneros, houve uma diminuição nos intervalos avaliados em “muito bom”, conforme se observa na figura 22. No entanto, verificam-se diferentes variações no intervalo classificado como “bom”, tendo diminuído no caso do género feminino e aumentado no masculino.

A maior parte das participantes femininas, está enquadrada nos dois primeiros intervalos de avaliação, ao contrário do que se verificou com as questões financeiras. Assim, continua

a existir uma média superior de respostas corretas no género masculino, mas desta vez com uma diferença mais curta para o género oposto (4,29 face a 4,17 respostas corretas).

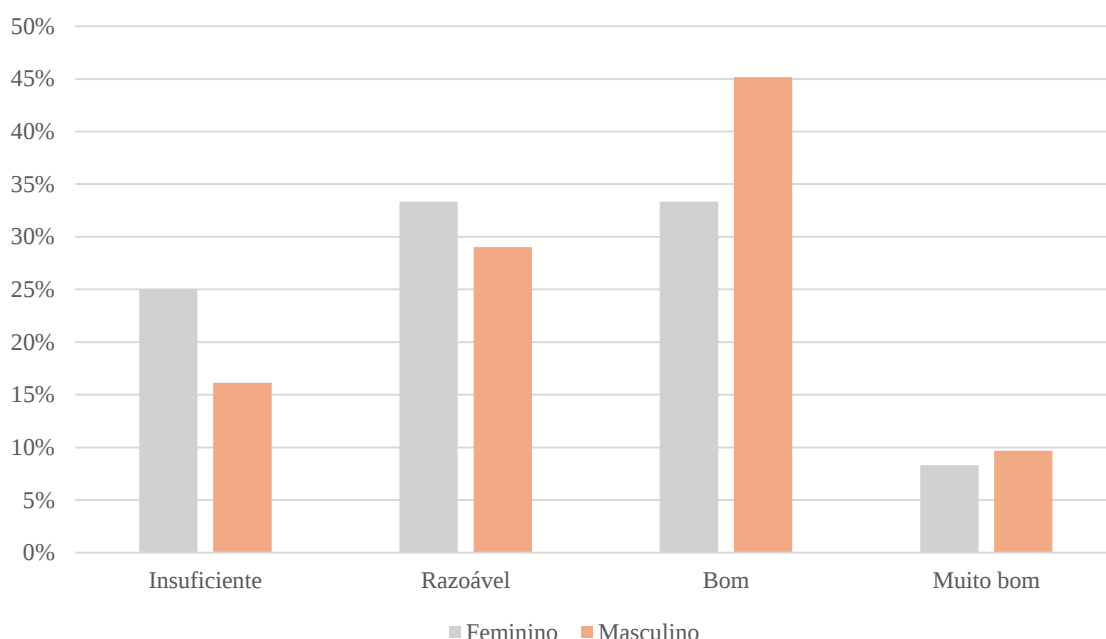


Figura 22- Distribuição da classificação relativa às questões fiscais do questionário por género

Curiosamente, a totalidade de respostas erradas aumentou no género masculino, para dois e diminuiu no género feminino para uma participante, quando comparadas com o tipo de questões anterior.

3.7.2. Análise das respostas ao questionário por grau de escolaridade

Nesta variável a opção “outro” acabou por não ser definida pelo participante em questão, não sendo possível identificar se foi por erro na interpretação de opções de resposta, nem onde se pode enquadrar o nível de formação da pessoa. Representando apenas um resultado no universo de amostra de cinquenta e cinco, considera-se que não impacta os resultados obtidos.

De uma forma geral, podemos dizer que com o aumento do nível de escolaridade, os resultados tornam-se mais positivos, como é possível verificar na figura 23. Os participantes com o grau de mestre foram os que verificaram uma maior percentagem no nível “muito bom”, bem como quando somado a este o nível “bom”.

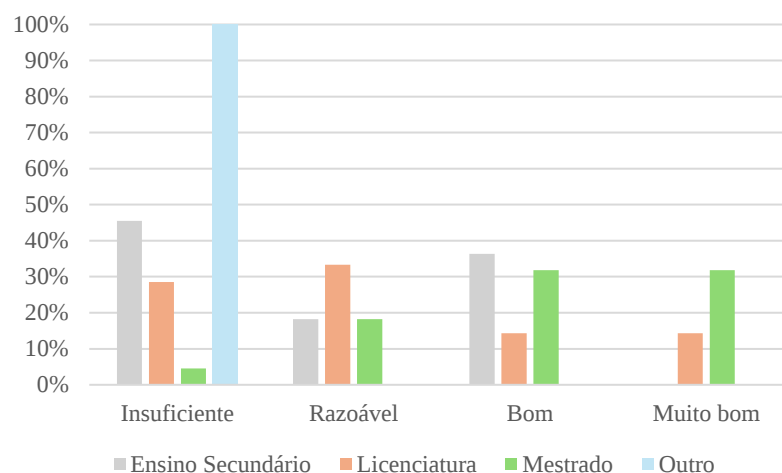


Figura 23- Distribuição da classificação do questionário por grau de escolaridade

A média de respostas certas aumentou proporcionalmente ao grau de escolaridade. Os jovens com o ensino secundário apresentam uma média de sete respostas corretas, os licenciados uma média de oito e os jovens com o grau de mestre uma média de onze.

Importa notar que quase metade dos participantes com o ensino secundário, enquadraram-se no intervalo de zero a duas respostas, com uma avaliação de insuficiente. Um destes participantes chegou mesmo a registar a totalidade de respostas erradas, sendo que o outro registo é de um participante licenciado. Para além disto, nenhum participante com apenas o ensino secundário concluído conseguiu responder acertadamente a todas as questões.

3.7.2.1. Análise das respostas ao questionário nas questões financeiras

A componente financeira deste questionário apresentou uma tendência similar ao contexto global de comportamento na variável. Os alunos com mestrado continuaram a evidenciar os melhores resultados, com destaque para o facto de 81% deles ter pelo menos respondido corretamente a cinco questões, como é observado na figura 24.

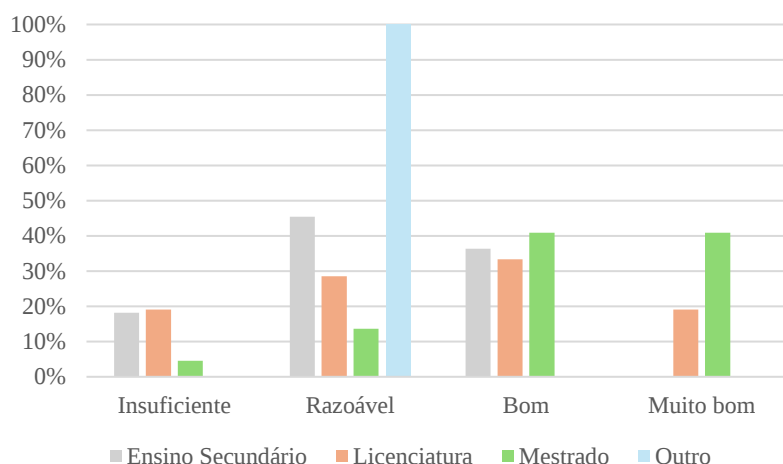


Figura 24- Distribuição da classificação relativa às questões financeiras do questionário por grau de escolaridade

A média de respostas certas evolui favoravelmente conforme o aumento do grau de escolaridade. Os jovens com ensino secundário apresentam uma média de respostas corretas de 3,73, os licenciados têm uma média de 4,33 e os mestres 5,77.

Quanto à totalidade de respostas erradas, registaram-se dois participantes com licenciatura e um com ensino secundário.

3.7.2.2. Análise das respostas ao questionário nas questões fiscais

Comparativamente com as questões financeiras, na fiscalidade os resultados obtidos seguem uma distribuição muito semelhante, notando a diminuição dos participantes que responderam “mestrado” com pelo menos cinco respostas corretas para 68,18%, como se verifica na figura 25.

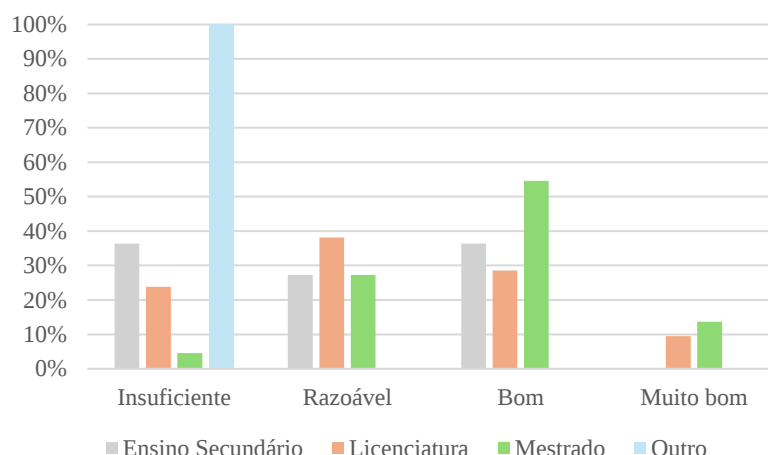


Figura 25- Distribuição da classificação relativa às questões fiscais do questionário por grau de escolaridade

As médias também foram mais baixas que no outro tipo de questões, no entanto mantiveram a tendência de crescimento com o nível de formação.

Nos participantes com zero respostas acertadas há uma inversão de registos: dois participantes possuem o ensino secundário e um é licenciado.

3.7.3. Análise das respostas ao questionário por área de formação

Os participantes com área de formação nas ciências socioeconómicas, foram os que obtiveram melhores resultados no questionário realizado, como é possível observar através da figura 26. Destes 66,67% enquadra-se nos últimos níveis de avaliação, algo que contrasta com os, aproximadamente, 45,95% quando se avaliam os participantes com áreas científicas diferentes.

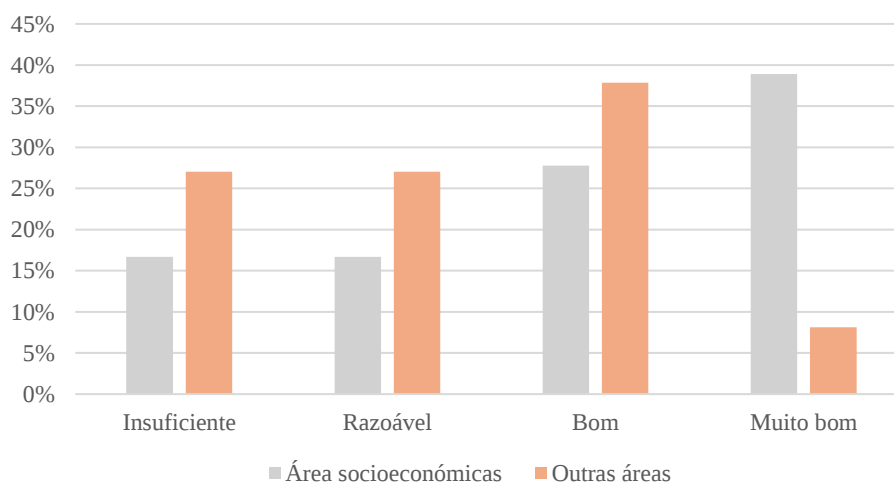


Figura 26- Distribuição da classificação do questionário por área de formação

Os participantes formados em áreas científicas distintas, apresentam uma média de 8,3 respostas certas, tendo dois participantes deste grupo respondido erradamente a todas as questões. Os participantes com formação na área das ciências socioeconómicas obtiveram, em média, 10,4 respostas corretas. Para além disto, deste grupo de participantes, todos responderam corretamente a pelo menos quatro questões.

3.7.3.1. Análise das respostas ao questionário nas questões financeiras

Detalhando a análise para as questões financeiras, verificamos, através da observação da figura 27, que os resultados obtidos seguem a norma do panorama global, continuando a pender favoravelmente para os participantes com formação em áreas financeiras, subindo para 72,22% os que se situam nos dois últimos intervalos.

Nos participantes sem formação em áreas socioeconómicas, há uma inversão no enquadramento da maioria dos participantes, estando agora situados nos dois últimos intervalos, ao invés dos dois primeiros, como na perspetiva geral.

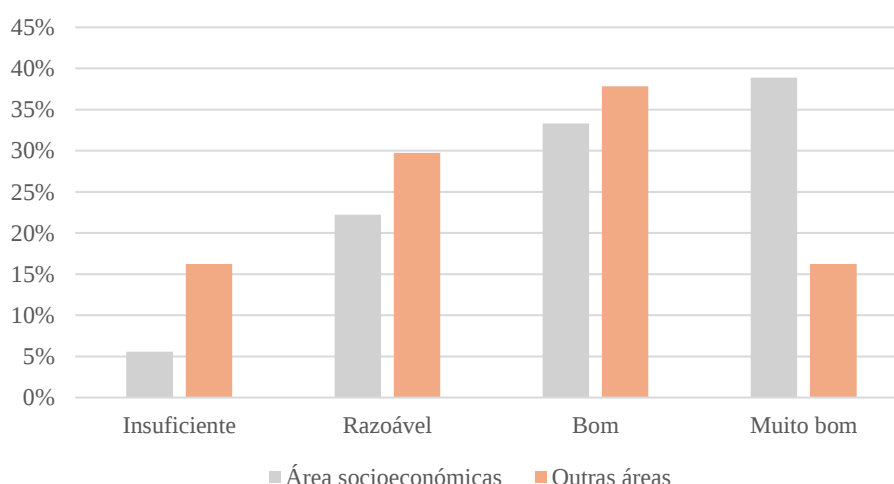


Figura 27- Distribuição da classificação relativa às questões financeiras do questionário por área de formação

A média de respostas corretas segue a mesma tendência, diminuindo apenas a diferença para cerca de uma questão: 5,44 para o grupo que tem formação na área das ciências socioeconómicas e 4,43 para os de outras áreas de formação. Destes últimos, três participantes não acertaram nenhuma resposta.

3.7.3.2. Análise das respostas ao questionário nas questões fiscais

A parte fiscal do questionário apresenta o mesmo cenário que o descrito anteriormente. No entanto, importa notar uma nova diminuição da percentagem de participantes com formação na área das ciências socioeconómicas e que responderam corretamente a pelo menos cinco questões, para 66,67%, como observado na figura 28.

Nos que são formados em áreas diferentes, a maioria voltou a ficar enquadrada nos dois primeiros intervalos de avaliação, sendo que apenas um respondeu corretamente a todas as questões.

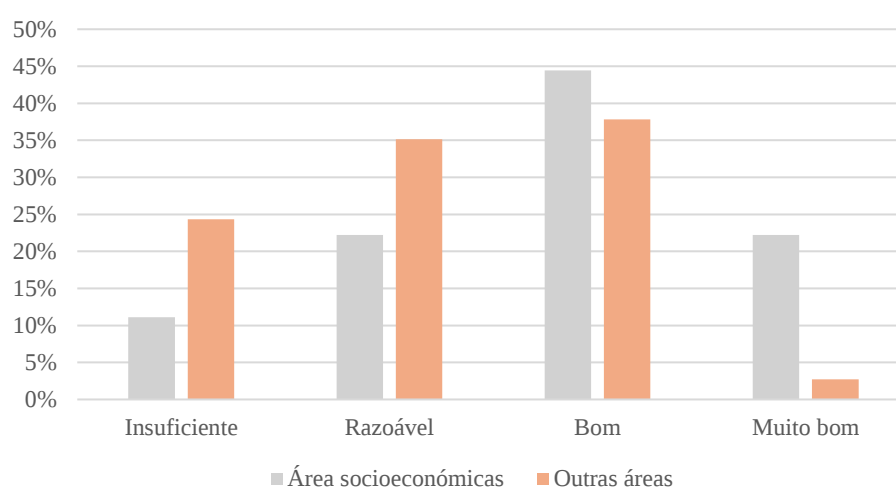


Figura 28- Distribuição da classificação relativa às questões fiscais do questionário por área de formação

A média de respostas certas continua a ser superior para quem tem formação na área das ciências socioeconómicas, aumentando a diferença face às questões financeira: 5 respostas certas comparativamente com 3,86 do outro grupo de participantes.

O número de participantes com as respostas totalmente erradas, manteve-se nos três.

3.7.4. Análise das respostas ao questionário por distrito de residência

Esta variável não apresentou um número de respostas diferentes, que justificasse uma análise. Conforme descrito anteriormente, 89% da amostra reside no distrito do Porto, pelo que os dados são insuficientes para concluir dispersões de resultados por diferentes distritos.

3.7.5. Análise das respostas ao questionário por grau de escolaridade dos pais

Conforme descrito anteriormente, aquando da caracterização da amostra, verificou-se que apenas dois participantes assinalaram a opção “ensino básico”, quando questionados acerca do grau de escolaridade dos pais. Assim, considera-se que a análise de resultados está condicionada pela pouca amostra comparativa. Apesar disso, os participantes registaram uma avaliação de “bom” quanto ao número de respostas certas.

Quando comparados o “ensino superior” com o “ensino secundário”, verifica-se que os valores são mais favoráveis no nível mais alto de escolaridade, como é possível observar na figura 29. Destaque ainda para o facto de metade dos participantes que responderam “ensino secundário” situarem o seu número de respostas corretas, no primeiro intervalo e, por isso, com uma avaliação de “insuficiente”.

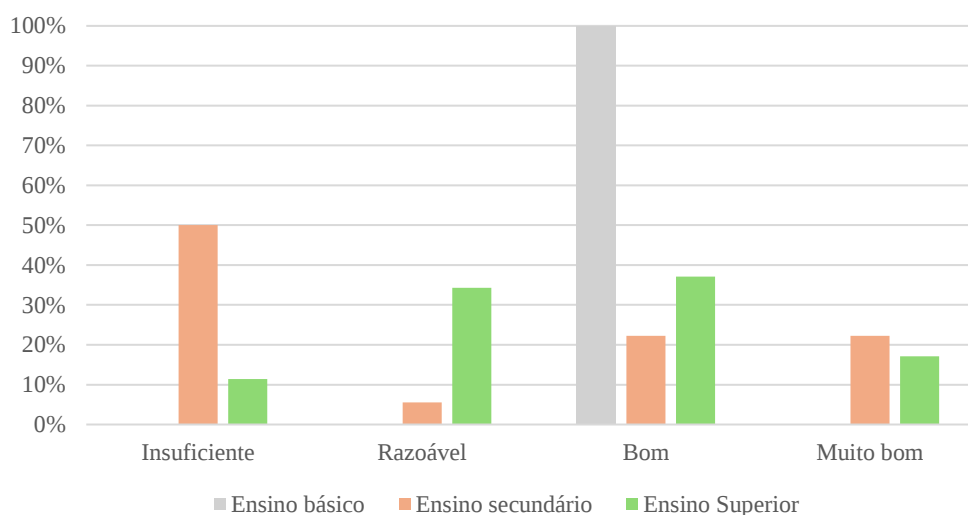


Figura 29- Distribuição da classificação do questionário por grau de escolaridade dos pais

Os participantes que responderam “ensino superior” obtiveram em média 9,37 respostas certas, os participantes cujos pais têm o “ensino secundário” apresentam uma média de 8,06 respostas certas. Por último, os dois participantes que estão enquadrados na opção “ensino básico” obtiveram uma média de 11 respostas corretas.

Os dois participantes que responderam erradamente a todas as questões, seleccionaram a opção “ensino superior” e “ensino secundário”.

3.7.5.1. Análise das respostas ao questionário nas questões financeiras

Pela análise dos dados representados na figura 30, é possível depreender que a totalidade dos participantes que selecionaram o grau de escolaridade “ensino básico”, obtiveram uma avaliação de “bom”. Para os que se inserem no “ensino secundário”, a maior parte dos participantes situaram-se nos dois primeiros intervalos qualitativos, ao invés do que aconteceu na categoria de “ensino superior”, onde 65,71% enquadram-se nos últimos dois.

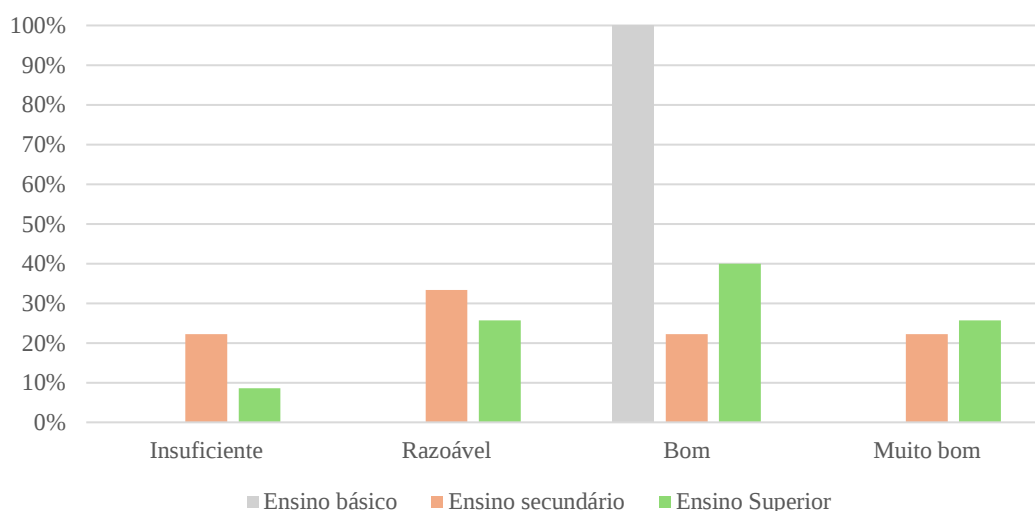


Figura 30- Distribuição da classificação relativa às questões financeiras do questionário por grau de escolaridade dos pais

Iniciando na opção “ensino básico”, passando pelo “ensino secundário” e “superior”, as médias de respostas corretas foram de 5,5, 4,94 e 5, respetivamente.

Três participantes erraram todas as respostas, dois pertencentes ao grupo do “ensino secundário” e um ao do “ensino superior”.

3.7.5.2. Análise das respostas ao questionário nas questões fiscais

Quando comparadas as questões de componente fiscal com as questões financeiras, é possível verificar que se registam os mesmos valores para as opções “ensino básico”. Na categoria do “ensino secundário” os participantes distribuem-se de igual forma entre os dois primeiros e dois últimos intervalos de avaliação, sendo o nível “bom” aquele que tem uma maior percentagem, como é possível verificar na figura 31. No grau de escolaridade relativo ao “ensino superior”, os dois primeiros intervalos enquadram a maior parte dos participantes

(54,29%), sendo que a categoria “razoável” foi aquela que registou a maior percentagem (40%).

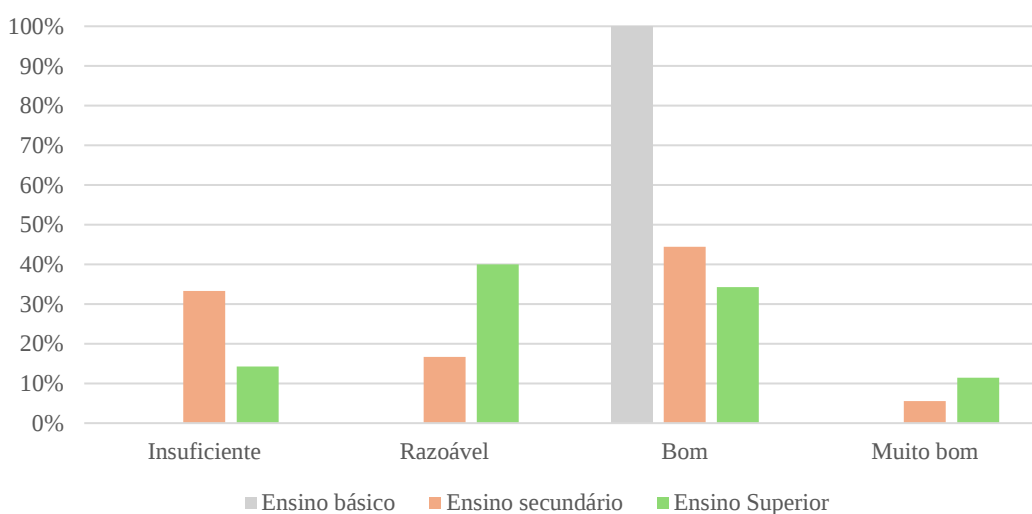


Figura 31- Distribuição da classificação relativa às questões fiscais do questionário por grau de escolaridade dos pais

A média de respostas corretas registaram valores para o “ensino básico”, “secundário” e “superior” de 5,55, 3,83 e 4,37, respetivamente.

Em semelhança ao grupo de questões financeiras, três participantes erraram todas as respostas, dois pertencentes ao grupo do “ensino secundário” e um ao do “ensino superior”.

3.7.6. Análise das respostas ao questionário por principal fonte de rendimento

Das três opções de principal fonte de rendimento: mesada, “outro” ou trabalho, apenas a última registou valores no intervalo avaliativo de “muito bom” (31,25%), como representado na figura 32. Para além disto, 40,63% dos participantes que são trabalhadores apresentam uma classificação de “bom”.

Na rubrica mesada, a maior parte dos participantes (71,43%) encontra-se repartida entre os intervalos de “razoável” e “bom”, com cerca de 35,71% cada.

Na rubrica restante, 66,67% dos participantes foram avaliados com “insuficiente” por não terem respondido acertadamente a pelo menos 6 questões.

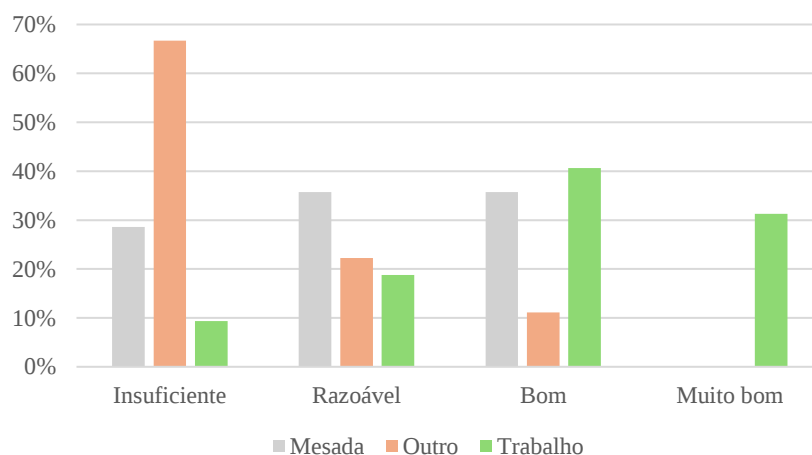


Figura 32- Distribuição da classificação do questionário por fonte de rendimento

De acordo com a ordem de leitura das categorias na legenda da figura acima, as médias de respostas corretas, foram de 7,21, 5,56 e 10,75, respetivamente. Os dois participantes com a totalidade de respostas erradas, têm como principal fonte de rendimento a mesada.

3.7.6.1. Análise das respostas ao questionário nas questões financeiras

Nesta parte do questionário os melhores resultados continuaram a verificar-se em quem tem como principal fonte de rendimento o trabalho, como se verifica na figura 33. No entanto, na categoria “mesada” dois participantes responderam corretamente a todas as questões.

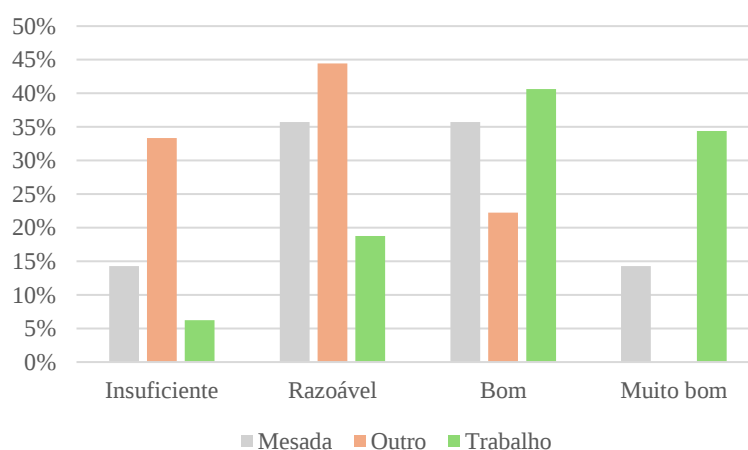


Figura 33- Distribuição da classificação relativa às questões financeiras do questionário por fonte de rendimento

As médias foram de 4,36, 2,89 e 5,47 respostas corretas, para as categorias mesada, outro e trabalho, respetivamente. Foram três os participantes que responderam erradamente a todas as questões, dois na primeira rubrica e um na segunda.

3.7.6.2. Análise das respostas ao questionário nas questões fiscais

Em relação às questões fiscais, salienta-se que apenas na categoria “trabalho” existiram participantes com sete questões respondidas corretamente. Importa ainda notar que nas restantes categorias, pelo menos 77% dos participantes enquadra-se nos dois primeiros intervalos de avaliação, como é representado na figura 34.

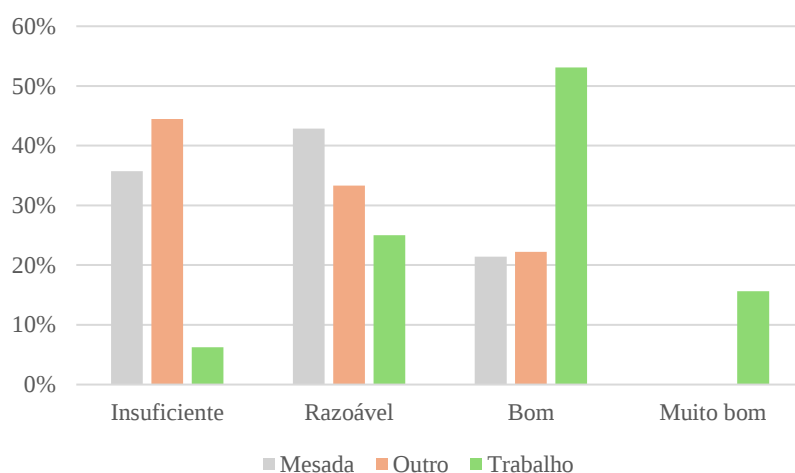


Figura 34- Distribuição da classificação relativa às questões fiscais do questionário por fonte de rendimento

As médias verificadas também foram inferiores em relação às anteriores, sendo mais expressiva essa diferença nas duas primeiras categorias mencionadas, 2,86 e 2,67 respetivamente. Para os participantes que assinalaram “trabalho” o número de respostas corretas foi em média 5,28.

À semelhança das questões financeiras, foram também três os participantes que responderam erradamente a todas as questões: dois deles têm como principal fonte de rendimento a “mesada” e o outro indivíduo refere ter outra fonte de rendimento.

3.7.7. Análise das respostas ao questionário por propriedade de conta à ordem

Cerca de 91% dos participantes que não possuem uma conta à ordem estão na sua maioria enquadrados nos dois primeiros intervalos de avaliação, sendo que 54,55% destes se regista no intervalo mais inferior, como se pode inferir através da observação da figura 35. Contrariamente, 63,64% dos participantes que possuem uma conta à ordem, responderam corretamente a pelo menos dez questões.

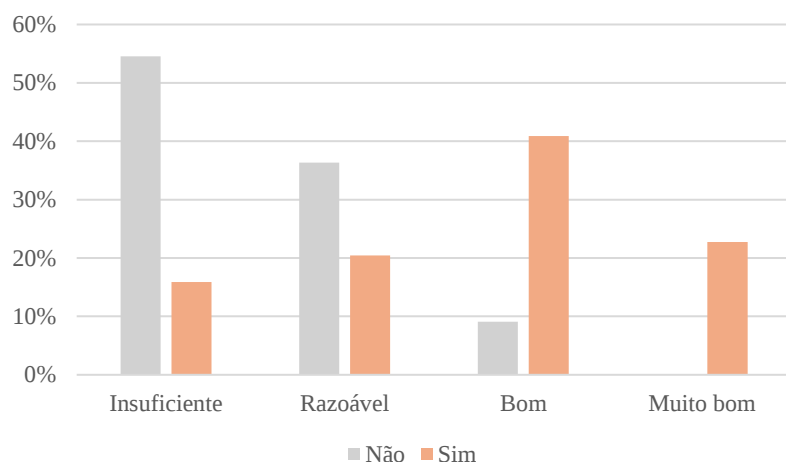


Figura 35- Distribuição da classificação do questionário por propriedade de conta à ordem

A média de respostas corretas também é superior para quem detém uma conta à ordem (10,02) comparativamente a quem não tem (4,90). Os dois participantes que não acertaram nenhuma questão também se situam nesta última categoria.

3.7.7.1. Análise das respostas ao questionário nas questões financeiras

Através dos resultados obtidos, e que se encontram demonstrados na figura 36, verifica-se que os dois primeiros intervalos de avaliação, “insuficiente” e “razoável”, são dominados por aqueles que não possuem nenhuma conta à ordem. Destes participantes, nenhum respondeu corretamente a todas as questões.

No caso dos intervalos mais positivos, “bom” e “muito bom”, acontece o oposto, enquadrando a maior percentagem de participantes que possuem este produto financeiro.

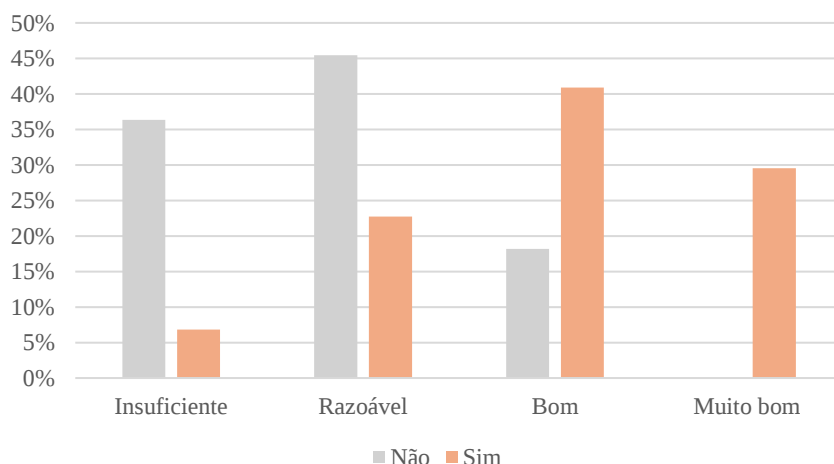


Figura 36- Distribuição da classificação relativa às questões financeiras do questionário por propriedade de conta à ordem

A média de respostas certas reflete a descrição acima, apresentando um valor de 2,73 para os jovens que não possuem uma conta à ordem e 5,27 para os restantes inquiridos.

Um total de três participantes erraram todas as respostas às questões, sendo que dois deles não têm uma conta à ordem.

3.7.7.2. Análise das respostas ao questionário nas questões fiscais

Estas questões seguem a mesma tendência das anteriores, com a rubrica “não” a ter mais participantes inseridos nos piores intervalos de avaliação e a “sim” nos melhores.

Destaca-se que cerca de 60% dos participantes com conta à ordem, responderam corretamente a pelo menos cinco questões, como se observa na figura 37. Em relação aos jovens que não possuem este produto financeiro, nenhum acertou todas as perguntas.

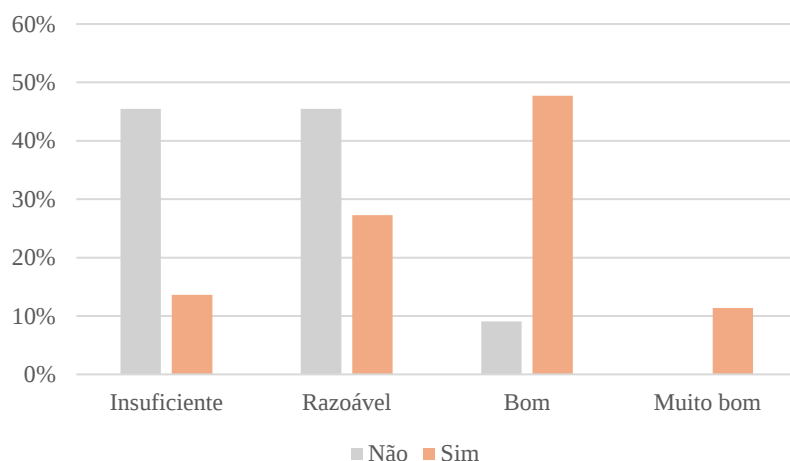


Figura 37- Distribuição da classificação relativa às questões fiscais do questionário por propriedade de conta à ordem

As médias de respostas corretas também respeitam o padrão verificado acima, com 2,18 para os participantes que responderam “não” e 4,75 para os que selecionaram a opção “sim”.

Quanto à totalidade de respostas erradas foram três os participantes que não possuem uma conta à ordem.

3.7.8. Análise das respostas ao questionário por hábitos de poupança

A amostra de participantes sem hábitos de poupança está muito próxima dos 10%, pelo que não apresenta um nível de significância suficiente para a interpretação de resultados nesta variável.

3.7.9. Análise das respostas ao questionário por rendimento do agregado familiar

Como é possível observar pela análise da figura 38, os participantes que se enquadram no menor dos intervalos de rendimento do agregado familiar (entre 501€ e 1.000€), não responderam corretamente a mais de 9 questões, pelo que ficaram avaliados nas categorias de “insuficiente” (75%) e “razoável” (25%).

No segundo intervalo de rendimento, correspondente a um rendimento do agregado familiar entre os 1.001€ e os 2.000€, verifica-se que 73,33% dos participantes responderam corretamente a pelo menos dez questões, tendo sido atribuída a classificação “bom” ou “muito bom”. No intervalo seguinte, quando o rendimento familiar varia entre 2.001€ e os 4.000€, a maior parte dos jovens também se enquadrou nos dois últimos itens de avaliação, no entanto com uma percentagem inferior, correspondente a 60%.

No intervalo com a maior disponibilidade do agregado familiar, acima de 4.000€, não houve nenhum jovem com uma classificação de “insuficiente”, sendo que cerca de 73% dos participantes estão avaliados com “bom” ou “muito bom”.

A parte da amostra que não tem conhecimento do rendimento familiar do agregado, não ultrapassou as doze respostas certas, com 90% dos participantes a ficarem pelos dois primeiros intervalos avaliativos.

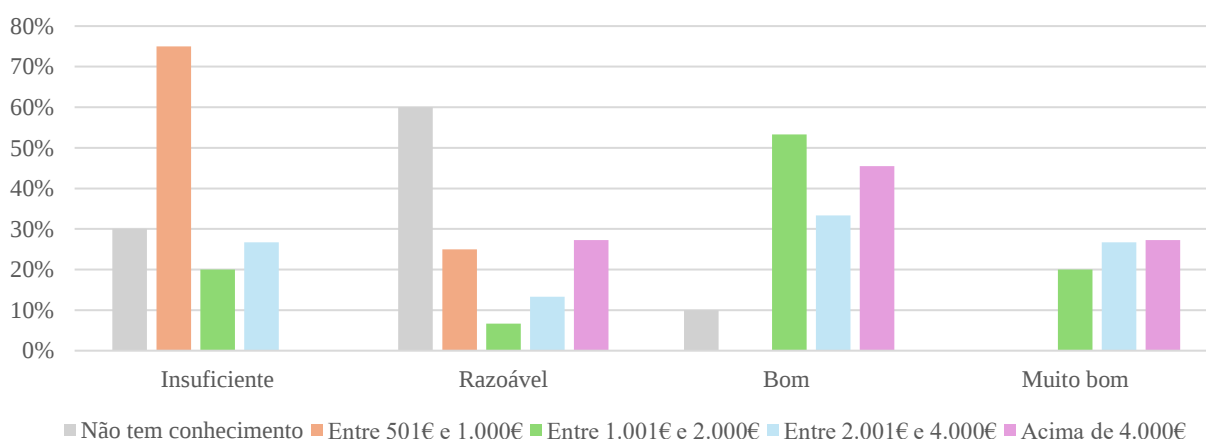


Figura 38- Distribuição da classificação do questionário por rendimento do agregado familiar

Respeitando a ordem crescente dos intervalos de rendimentos, as médias de respostas corretas verificadas foram 4,25, 10,27, 9,27 e 10,73, respetivamente. Em relação à rubrica “não tem conhecimento” a média de respostas corretas foi de 6,7.

No intervalo entre “2.001€ e 4.000€” um participante respondeu erradamente a todas as questões. O mesmo sucedeu para a opção “não tem conhecimento”.

3.7.9.1. Análise das respostas ao questionário nas questões financeiras

Analisando a figura 39, para o primeiro intervalo de rendimentos disponíveis (entre 501€ e 1000€) apresentou uma perceção negativa, com a maioria dos participantes a não conseguir responder corretamente a pelo menos três questões.

No intervalo seguinte, correspondente a valores compreendidos entre os “1.001€ e os 2.000€”, a maioria dos participantes obteve uma avaliação de “bom” ou superior. No terceiro escalão, quando o rendimento do agregado familiar está compreendido entre os “2.001€ e os 4.000€”, a maioria dos inquiridos obteve uma classificação de “bom” ou “muito bom”, no entanto a percentagem de participantes com avaliação “razoável” é igual ao de “bom”.

No escalão superior, a maior parte dos jovens respondeu corretamente a cinco questões ou mais. Os que não identificam o intervalo de rendimentos do agregado apresentam uma maior incidência de “razoável” e “bom”, com 70% nestes dois parâmetros de avaliação.

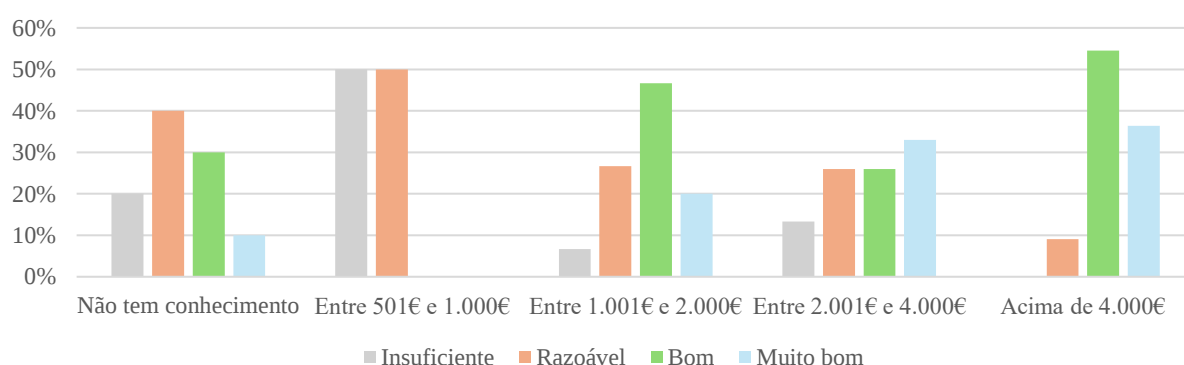


Figura 39- Distribuição da classificação relativa às questões financeiras do questionário por rendimento do agregado familiar

Considerando a sequência de intervalos dos diferentes escalões do rendimento do agregado familiar, e sendo o primeiro o compreendido entre “501€ e 1.000€”, as médias de

respostas corretas, para cada um deles, foram 1,75, 5,07, 5 e 6, respetivamente. Para a opção “não tenho conhecimento” verificou-se uma média de respostas corretas de 3,8.

Nos dois primeiros intervalos de rendimentos do agregado e para a opção “não tem conhecimento”, um participante em cada, não respondeu corretamente a nenhuma questão.

3.7.9.2. Análise das respostas ao questionário nas questões fiscais

À semelhança do observado noutras variáveis descritas anteriormente, as questões no âmbito fiscal apresentam resultados menos positivos. Como demonstrado na figura 40, a maioria dos participantes obtém uma classificação de “bom”, quando o rendimento do agregado familiar está nos escalões acima de 1.001€. Quando o rendimento familiar se encontra situado no primeiro escalão, correspondente a valores entre os “501€ e os 1.000€”, metade dos jovens obtém uma classificação de “insuficiente” e nenhum consegue obter “muito bom”. Cerca de 80% dos participantes que assumem não ter conhecimento dos valores do rendimento do agregado situam-se no nível de “razoável” na escala de classificação definida.

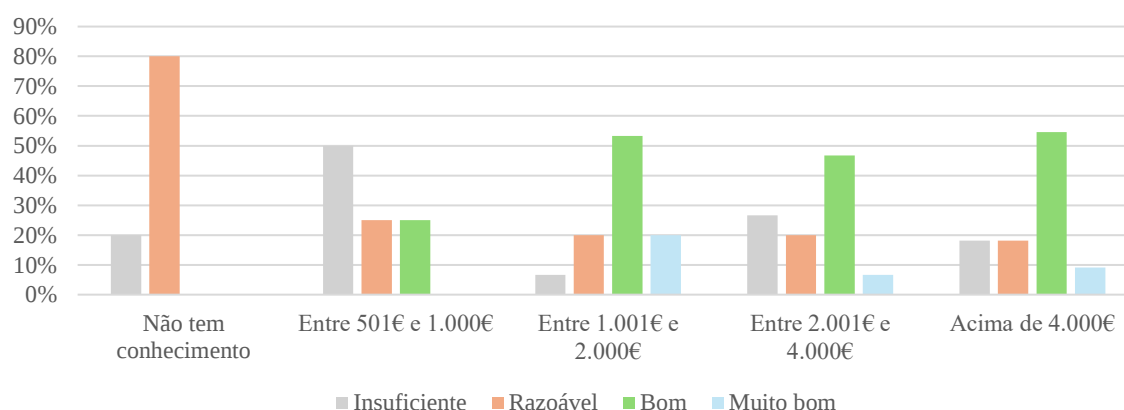


Figura 40- Distribuição da classificação relativa às questões fiscais do questionário por rendimento do agregado familiar

A média de respostas corretas também foram inferiores quando comparadas com as questões de índole financeiras. Considerando a sequência de intervalos dos diferentes escalões do rendimento do agregado familiar, e sendo o primeiro o compreendido entre “501€ e 1.000€”, as médias de respostas corretas registadas foram 2,5, 5,26, 4,2 e 4,72, respetivamente. Para a opção “não tenho conhecimento” verificou-se uma média de respostas corretas de 2,9.

Mantêm-se os três participantes com a totalidade de respostas erradas nas mesmas opções de resposta da variável.

3.8. Análise do risco definido por produto financeiro

No questionário apresentado, foram selecionados os seguintes produtos financeiros: ações, obrigações, certificados do tesouro, depósitos a prazo e criptomoeda, de forma a perceber a aversão ao risco dos jovens participantes.

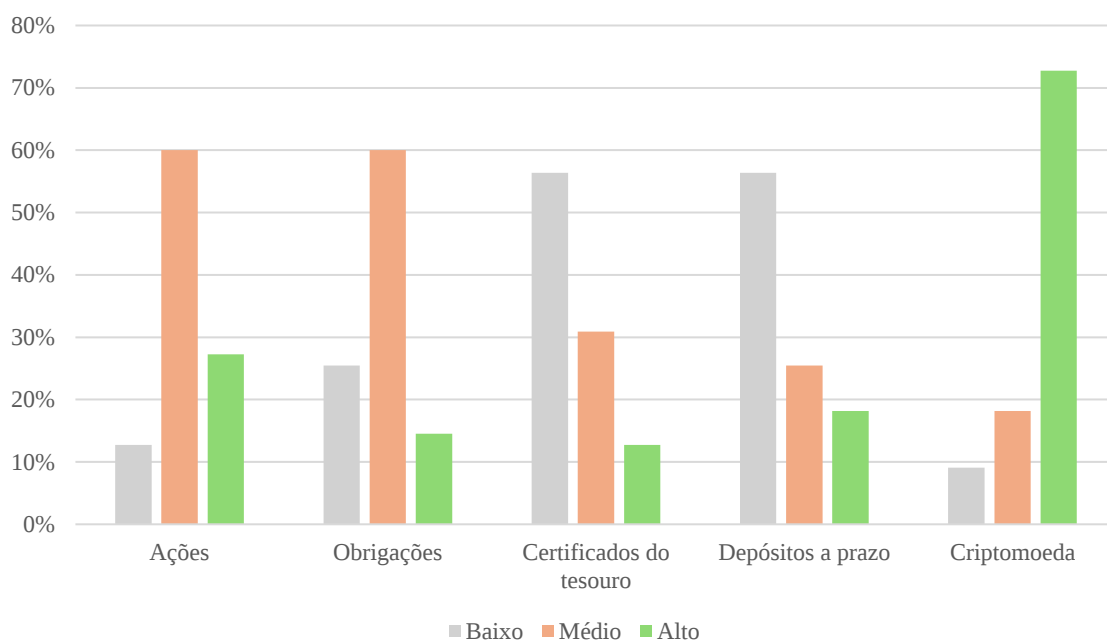


Figura 41- Análise do risco definido por produto financeiro

Como é possível concluir pela observação da figura 41, em cada um dos produtos financeiros foi atingida uma percentagem superior a 56%, para um nível de risco associado. As ações e obrigações foram categorizadas, maioritariamente, como produtos financeiros de risco nível “médio”; os certificados de tesouro e depósitos a prazo foram classificados pela maioria dos participantes como risco nível “baixo”; em relação às criptomoedas, cerca de 73% dos jovens, atribuíram-lhes um risco “alto”. Desta forma podemos organizar estes produtos, de acordo com o risco percecionado pelos participantes, da seguinte forma:

Criptomoeda > Ações > Obrigações > Depósitos a prazo > Certificados do tesouro.

Importa referir ainda que cinco participantes consideraram a criptomoeda como sendo de risco “baixo”, dez participantes definiram como nível “alto” os depósitos a prazo e sete participantes também consideraram os certificados do tesouro um risco nível “alto”.

3.9. Análise das respostas ao questionário por autoavaliação

Numa parte inicial do questionário, foi solicitado aos participantes que avaliassem o seu nível de literacia financeira e fiscal numa escala do tipo *Lickert*, atribuindo nível um se considerassem estar num nível muito baixo e nível cinco se considerassem estar num nível muito alto.

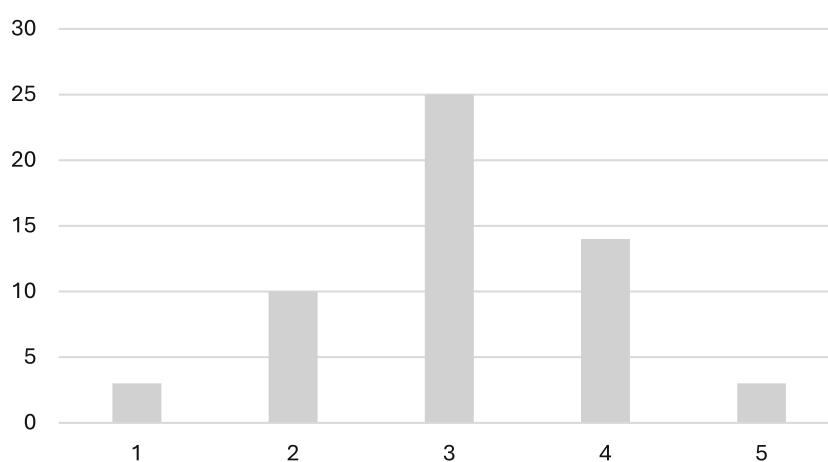


Figura 42- Autoavaliação dos participantes em relação ao nível de literacia financeira e fiscal

Na figura 42 é possível verificar que vinte e cinco participantes atribuíram um nível três ao seu grau de literacia, o que corresponde a 45% da amostra. O segundo grupo mais representado foi o que atribuiu nível quatro, com catorze participantes e assim cerca de 25% do total. Segue-se o nível dois com uma amostra absoluta de dez participantes (18%) e por fim, com três participantes cada, o nível um e cinco.

Com este levantamento, foi possível comparar as perspetivas de cada participante, com os resultados obtidos nas questões. Isto é, saber se efetivamente o nível inicialmente definido correspondeu quando testado no questionário.

Através dos critérios de avaliação do número de respostas corretas, foi possível saber qual a percentagem de participantes, que se insere em cada intervalo, tendo por base o seu nível da autoavaliação.

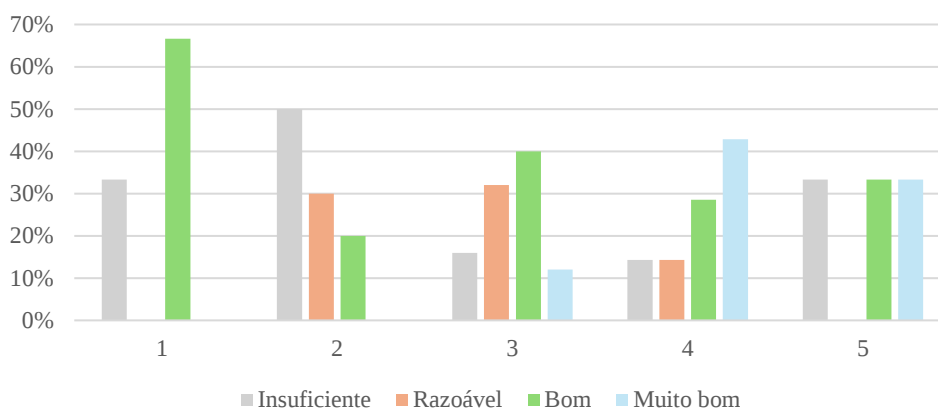


Figura 43- Relação entre a autoavaliação dos participantes e a sua classificação no questionário

Pela análise da figura 43, é possível concluir que 33% dos jovens que consideram ter um nível de literacia financeira e fiscal “baixo”, atribuindo um *score* de um, obtiveram uma classificação de “insuficiente”. No entanto, apesar da perceção baixa em relação aos conhecimentos neste âmbito, 67% obtiveram uma classificação de “bom”.

Em relação aos participantes que atribuem um *score* de dois na sua autoavaliação, 80% destes obtêm uma classificação de “insuficiente” ou “razoável” e os restantes situam-se no nível “bom”. No terceiro nível de autoavalição, a maior parte dos jovens (72%) enquadra-se nos níveis de avaliação intermédios. No quarto nível, 72% respondeu corretamente a pelo menos dez questões, obtendo uma classificação de “bom” (29%) ou “muito bom”(43%). Por último, verificou-se que três participantes se avaliaram atribuindo um *score* de cinco em relação aos conhecimentos sobre literacia financeira e fiscal. Destes foi possível verificar uma distribuição uniforme pelos intervalos de “insuficiente”, “bom” e “muito bom”.

3.10. Observações ao questionário

Nas respostas dadas a quatro perguntas, distribuídas de igual forma pela parte inicial e final do questionário, os participantes puderam expor o grau de importância atribuído às duas literacias presentes ao longo desta dissertação, assim como identificar aqueles que definem como os seus meios de aprendizagem e que consideram ser mais favoráveis ou eficazes.

Utilizando uma escala do tipo *Likert*, onde se atribui um *score* um como irrelevante e um *score* cinco como fundamental, foi definido um nível para o grau de importância atribuído às literacias financeira e fiscal. Como se observa pela análise da figura 44, verificou-se uma totalidade de respostas acima do nível intermédio, ou seja, o nível três,

sendo que 69% dos jovens, definiu como fundamental estes tipos de literacia. Os níveis três e quatro, receberam, respetivamente, uma percentagem de 7% e 24%.

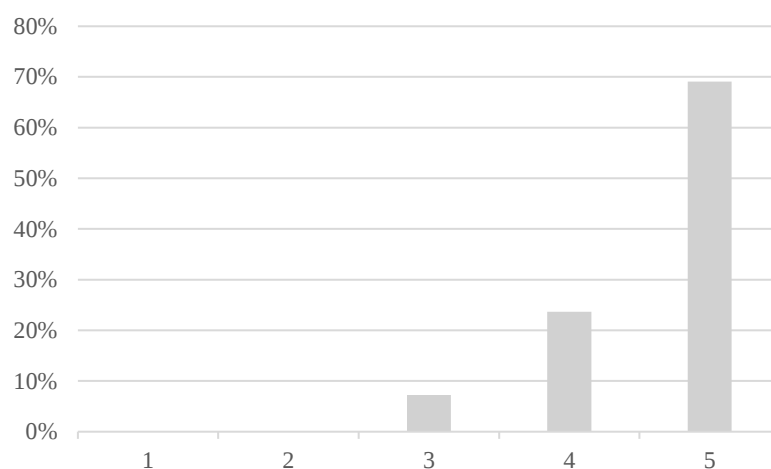


Figura 44- Importância atribuída pelos participantes às literacias financeira e fiscal

Em relação à questão: “considera importante a introdução das literacias financeira e fiscal no programa educativo português?”, foi proposto aos participantes atribuir um *score* de um a cinco, considerando o nível um como “nada importante” e o nível cinco como “muito importante”. Como demonstrado na figura 45, não verificou nenhum registo nos níveis um e dois e a grande maioria (76%) considerou imprescindível (nível cinco) a presença destas temáticas no programa educativo nacional.

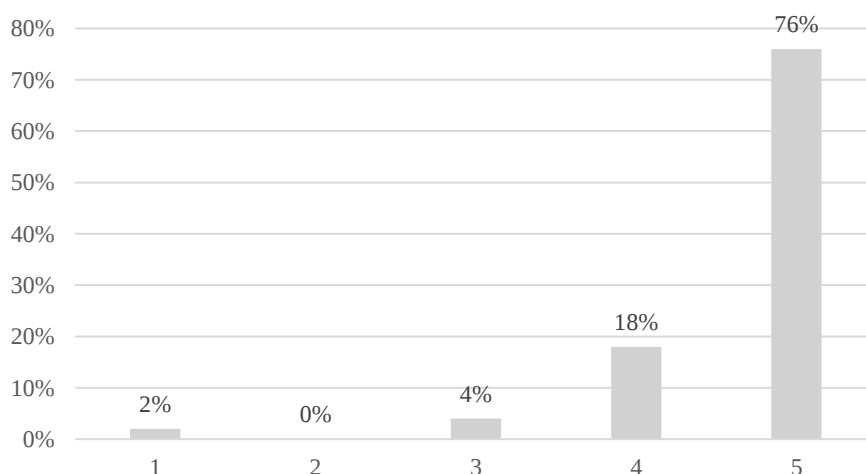


Figura 45- Importância da introdução das literacias financeira e fiscal no programa educativo português

Os participantes foram ainda questionados acerca dos locais onde consideram ter aprendido mais sobre estas temáticas. As opções estabelecidas foram:

1. Na escola
2. Nas redes sociais
3. Em casa
4. Em livros
5. Em programas de televisão
6. Outro

A distribuição de respostas acabou por ser relativamente homogénea, como se verifica pela análise da figura 46. As opções “na escola”, “em livros” e “em programas de televisão” registaram percentagens entre os 13% e 15%. As opções “nas redes sociais” e “em casa” foram as mencionadas pelo maior número de participantes com 24% e 27%, respetivamente.

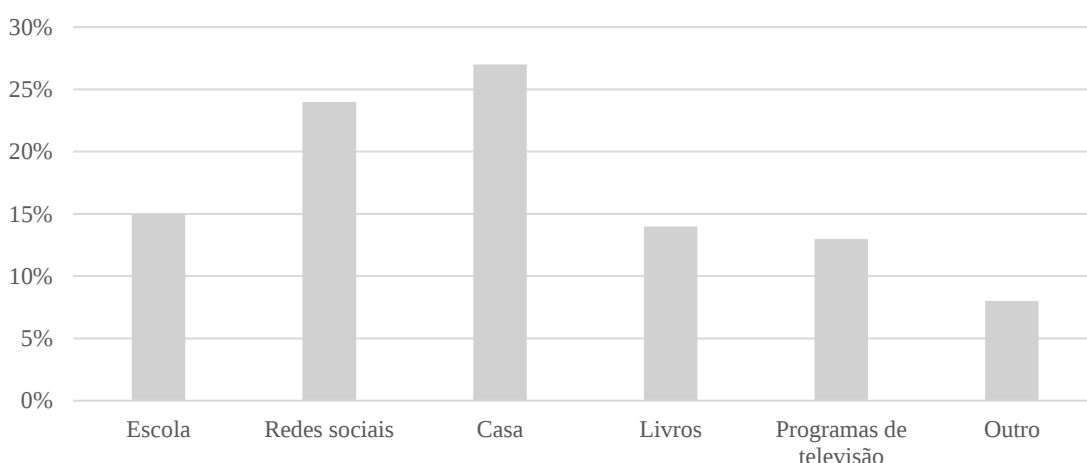


Figura 46- Locais onde participantes aprendem sobre literacia financeira e fiscal

Atendendo à experiência de cada participante e considerando o impacto que cada meio teve no seu processo de aprendizagem, foram questionados sobre qual seria a melhor forma de abordar e ensinar mais sobre estas literacias, podendo escolher duas opções de entre as cinco disponibilizadas:

1. Formação teórica
2. Simulação de casos
3. Apresentação de legislação e estudos
4. Criação de um jogo

5. Outro

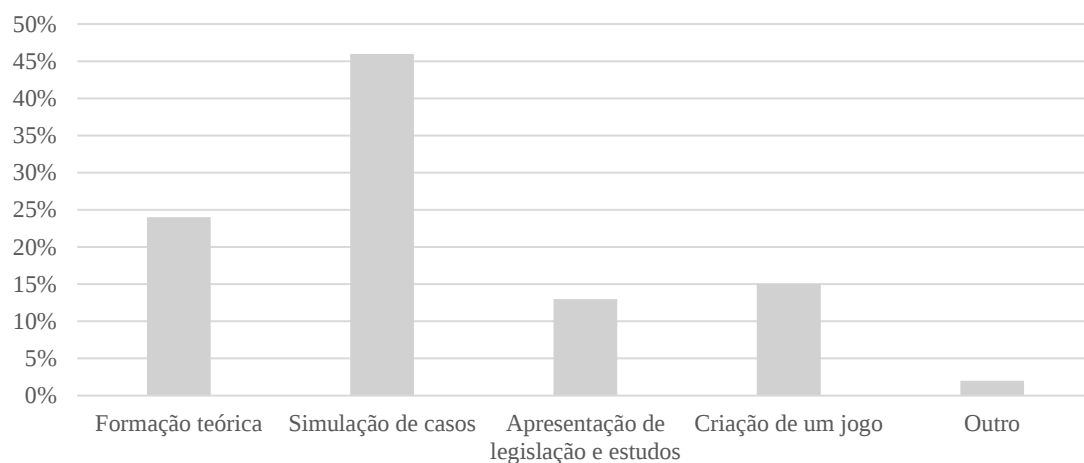


Figura 47 - Meios de aprendizagem sobre literacia financeira e fiscal

Como se observa pela análise da figura 47, o meio de aprendizagem mais consensual é a “simulação de casos”, tendo sido selecionada por quase metade da amostra (46%). De seguida, é possível identificar que 24% dos jovens refere o método de “formação teórica”, como meio para desenvolver aprendizagens sobre estas temáticas. De referir ainda que dois participantes selecionaram a opção “outro”, não tendo sido fornecida nenhuma sugestão.

4. Conclusão

De acordo com a revisão da literatura elaborada, compreendemos a literacia financeira e fiscal como temáticas atuais, que carecem cada vez mais de uma maior atenção e reflexão por parte da população. O impacto destas competências em orçamentos familiares, nas suas poupanças, num melhor planeamento, identificados por autores como Tavares e Almeida, deve sensibilizar para a relevância de uma aposta numa formação mais capaz. Essa carência foi também identificada pela população do questionário implementado, sendo que 76% dos participantes consideraram imprescindível a inclusão destes assuntos no programa educativo. Uma maior educação fiscal promove a transmissão de valores de cidadania fiscal fundamentais (Marques, 2017), e um maior conhecimento financeiro fortalece as economias locais e consequentemente uma economia nacional (Hogarth & Hilgert, 2002).

Os inquéritos realizados à população portuguesa foram todos realizados no âmbito de estudos internacionais como o PISA 2022 e no âmbito governamental como iniciativas do Conselho Nacional de Supervisores Financeiros, (Conselho Nacional de Supervisores Financeiros, 2024), sendo que ambos identificaram baixos níveis de literacia financeira para os estudantes portugueses, nomeadamente quando comparado o conhecimento especializado. O segundo inquérito evidencia ainda que poucos são os estudantes que têm total responsabilidade pelas suas decisões financeiras, que faz um planeamento financeiro, ou que poupa prevendo a possibilidade de ocorrência de situações inesperadas. As respostas ao questionário desta dissertação, traduzem as conclusões descritas, uma vez que das respostas ao questionário, 33% obtiveram uma classificação de “insuficiente” e apenas 18% conseguiu entrar no intervalo de “muito bom”. Níveis baixos de conhecimento especializado já tinham sido verificados nos resultados do PISA 2022, com apenas 6,50% dos alunos inquiridos a situarem-se no nível 5 (OECD, 2024).

Pela escassez de matérias fiscais nos estudos encontrados, pela sua particularidade e divergência entre países, foram introduzidas questões deste âmbito, para que se pudesse caracterizar o domínio dos jovens portugueses. Os resultados demonstraram que existe um domínio ligeiramente superior nos conceitos financeiros face aos fiscais.

Considerando como ponto de partida as três perguntas chave, identificadas no artigo de Lusardi e Mitchell (Lusardi & Mitchell, 2011), foram adicionadas outras questões de literacia financeira que permitiram adaptar situações mais concretas e reais, traduzindo o dia-a-dia destes jovens e as opções financeiras que são levados a tomar. Ao analisar a

percentagem de respostas corretas por questão, percebemos que esta medida revelou-se como uma vantagem, uma vez que foi possível concluir que a o grau de aproximação da questão à realidade influencia positivamente o resultado. As questões financeiras com melhores resultados estão relacionadas com o cálculo de juros simples e os conceitos de inflação e euribor, todas com uma taxa de acerto superior a 70%. Em sentido contrário, as perguntas relacionadas com cálculo de juros compostos e risco de investimentos, foram as que tiveram piores resultados, com uma taxa de acerto de 62%. O mesmo já tinha sido notado no inquérito do Conselho Nacional de Supervisores Financeiros, onde apenas se verificou uma percentagem de 24,2% de respostas certas para o cálculo desses juros. Por sua vez, a taxa de acerto de respostas sobre o conceito de inflação, também foi uma das mais elevadas. (Conselho Nacional de Supervisores Financeiros, 2024).

Na parte fiscal do questionário, os participantes demonstraram mais conhecimentos sobre o cálculo do salário mensal líquido e o conceito de IVA, com 75% e 78%, respetivamente. Com menores taxas de acerto, surgem uma questão sobre IRS num recibo verde e de seguida a sujeição a IRS das vendas de ações.

Avaliando o impacto das variáveis verifica-se que quanto ao género existe uma desigualdade entre ambos, com o masculino a apresentar uma maior percentagem de respostas corretas e com maior tendência para atingir a classificação de “muito bom”, algo que já tinha sido verificado no relatório do PISA 2018 (Reis & Wemans, 2022). Quanto maior grau de escolaridade do participante, também melhor é o desempenho, pelo que há uma clara correlação entre ambas, o que se assemelha às relações dos fatores “resultados obtidos nas disciplinas de matemática e leitura” e “número de livros em casa” (Reis & Wemans, 2022), bem como equivale a conclusões retiradas no relatório do Relatório do 4.º Inquérito à Literacia Financeira da População Portuguesa 2023 (Conselho Nacional de Supervisores Financeiros, 2024).

A formação prévia dos participantes também tem impacto no nível de literacia dos mesmos, com aqueles que passaram por áreas socioeconómicas a obter melhores resultados do que os que possuem outras áreas de formação.

O comportamento das variáveis possuir como principal fonte de rendimento o trabalho e a propriedade de uma conta à ordem, reforça novamente o impacto que a experiência prática pode ter no nível de conhecimento, sendo que o mesmo acontece com a variável da detenção de uma conta à ordem. Estes resultados traduzem, em parte, o impacto que a idade e consequente experiência resultante da inclusão em contextos ou de interação

com pares, têm no nível de literacia financeira (Kirsch, 2001) e (Lusardi, Michaud, & Mitchell, 2017).

Uma maior disponibilidade de rendimento no agregado familiar facilita um maior conhecimento obtido pelos jovens portugueses, no entanto, não se traduz como uma variável tão impactante como as restantes. Apesar de no primeiro escalão de rendimento do agregado definido, ninguém ter superado as dez respostas certas, o segundo verificou uma maior distribuição pelos quatro intervalos avaliativos sendo que a maior parte destes participantes respondeu corretamente a pelo menos dez questões.

Pela dimensão da amostra não foi possível retirar conclusões significativas quanto às variáveis, distrito de residência e hábitos de poupança, uma vez que mais de 90% da amostra se enquadrava numa das categorias da variável. Quanto ao grau de escolaridade dos pais, e apesar de quase a totalidade dos participantes se inserir em apenas duas categorias, ficou demonstrado que o nível formativo dos pais, influencia positivamente o nível de literacia dos jovens portugueses.

A identificação do risco associado a cada produto financeiro está bem enraizada na percepção dos participantes, no entanto, ainda houve respostas significativas que categorizaram as criptomoedas como risco baixo, o que levanta algumas questões sobre o impacto deste estudo numa amostra mais ampla. De acordo com o risco percecionado pelos participantes, podemos organizar os produtos financeiros, da seguinte forma:

Criptomoeda > Ações > Obrigações > Depósitos a prazo > Certificados do tesouro.

A pergunta de auto-avaliação leva a supor que não existe uma noção real do nível de literacia financeira e fiscal, uma vez que o nível atribuído não correspondeu, na maior parte dos casos, ao desempenho no questionário, nomeadamente naqueles que se avaliaram com o nível intermédio (nível 3) e ficaram aquém dessa expectativa.

Foi também permitido recolher testemunhos sobre a melhor forma de passagem e implementação destes conceitos nas gerações futuras, ficando evidente a simulação de casos práticos foi a mais aconselhada.

Em suma, e de acordo com o levantamento da literatura já existente, verifica-se que estas são temáticas que carecem de uma maior atenção e implementação de medidas por parte das entidades responsáveis, de forma a melhorar os níveis de literacia. A literacia fiscal tem um caminho mais longo para atingir os níveis desejados, mas considerando as respostas obtidas, justifica o investimento, para evitar situações prejudiciais aos indivíduos, como coimas por negligência, sendo também um garante da efetivação da justiça tributária (Martins, 2019).

Reconhece-se a limitação de substância da população, considerando que uma maior amostra permitiria tirar conclusões mais aprofundadas e maiores comparações entre variáveis.

Para investigação futura sugere-se o ampliamiento de respostas a este questionário, de forma a expressar de uma melhor forma uma realidade nacional que é relevante. Propõe-se ainda que os estudos que incidam sobre a população portuguesa, passem a considerar mais a componente fiscal, bem como questões e termos cuja maior parte dos jovens portugueses conviva no seu quotidiano, tornando assim os questionários mais familiares e menos complexos de interpretação, contribuindo para um maior interesse na compreensão destas temáticas.

Importa ainda reforçar a sensibilização para uma maior aposta formativa destas temáticas, recomendando a simulação/apresentação de casos práticos, que foi a mais aconselhada pelos participantes deste questionário.

Um maior conhecimento nestas temáticas, traduz-se em comportamentos mais benéficos para a sociedade, seja pelo preenchimento informado de declarações fiscais, ou pelo aumento dos índices de poupança ou investimento consciente. Não se deve olhar à literacia financeira e fiscal, como um recurso vantajoso de um indivíduo, mas como uma medida de expressão e desenvolvimento de uma sociedade.

Bibliografia

- Almeida, M. (2019). *literacia Financeira e Empreendedorismo: Análise dos Empreendedores Portugueses*. Dissertação de Mestrado, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa.
- Andreas, & Savitri, E. (2015). The Effect of Tax Socialization, Tax Knowledge, Expediency of Tax ID Number and Service Quality on Taxpayers Compliance with Taxpayers Awareness as Mediating Variable. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 211(25).
- Artavanis, N., & Karra, S. (2020). Financial literacy and student debt. *The European Journal of Finance*, 26(4).
- Arthasad, I., & Rajapakse, R. (2018). Measuring Financial Literacy of University Academics. *Journal for Studies in Management and Planning*, 4(6).
- Ávila, P. (2023). Estudos extensivos de literacia em Portugal: um balanço. *Sociologia – Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, vol. XLVI, pág. 27 – 50.
- Benavente, A., Rosa, A., Costa, A., & Ávila, P. (1996). *A Literacia em Portugal. Resultados de uma Pesquisa Extensiva e Monográfica*. Fundação Calouste Gulbenkian / Conselho Nacional de Educação, Lisboa.
- Bird, S. (2008). *Financial literacy among university students: an Australian case study*. University of Wollongong .
- Bogalho, J. (2019). *A Importância da Educação Fiscal na Sociedade Portuguesa*. Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa.
- Bryman, A. (2016). *Social Research Methods* (fifth edition ed.). Oxford UNiversity Press.
- Calcagno, R., & Monticone, C. (2015). Financial literacy and the demand for financial advice. *Journal of Banking & Finance*, 50.

- Coelho, D. (2020). *Literacia Financeira e a sua Influência no Consumo das famílias: estudo para Países da União Europeia no século XXI*. Dissertação de Mestrado, Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho.
- Comission, E. (2023). Flash Eurobarometer 525 - Monitoring the level of financial literacy in the EU. p. 38.
- Conselho Nacional de Supervisores Financeiros. (2021). *Relatório do 3.º Inquérito à Literacia Financeira da população portuguesa 2020*.
- Conselho Nacional de Supervisores Financeiros. (2024). *Relatório do 4.º Inquérito à Literacia Financeira da População Portuguesa 2023*.
- Conselho Nacional de Supervisores Financeiros e Ministério da Economia e do Mar. (2022). *Relatório do 1º inquérito sobre a Literacia Financeira de Empresários de Micro e Pequenas Empresas e os desafios da COVID-19 em Portugal 2021*.
- Conselho Nacional Supervisores Financeiros. (2021). *Plano Nacional de Formação Financeira 2021-2025*. Banco de Portugal.
- Cordeiro, C. (2021). *Fatores Exógenos que Influenciam a Literacia Financeira dos Jovens de 15 anos: Pais e Escola*. Dissertação de Mestrado, Universidade Lusófona - Escola de Ciências Económicas e das Organizações.
- Costa, C. (2010). Discurso de tomada de posse do Governador do Banco de Portugal. Banco de Portugal.
- Costa, C. (7 de Junho de 2010). Discurso de tomada de posse do Governador do Banco de Portugal. Lisboa.
- Cresswel, J. W., & Cresswell, J. D. (2018). *Research Design, Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Approaches*. SAGE PUBLICATIONS INC.
- Delgado, M. (2013). *La Educación Fiscal Como Instrumento de Lucha Contra El Fraude. Vida Económica - Editorial S.A.*
- Financial Literacy & Education Commission. (2006). *Taking Ownership of the Future. The National Strategy for Financial Literacy*. U.S. Department of the Treasury.
- FinLico. (Outubro de 2012). Projeto: Competências de Literacia Financeira para Formandos Adultos (FinLiCo). *MANUAL DO FORMADOR - Volume 1*.

- Gouws, D., & Shuttleworth, C. (2009). Financial literacy: an interface between financial information and decision-makers in organisations. *Southern African Business Review*, 13(2).
- Hanna, S., Waller, W., & Finke, M. (2008). The Concept of Risk Tolerance in Personal Financial Planning. *Journal of Personal Finance*, 7(1).
- Hogarth, J., & Hilgert, M. (2002). Financial Knowledge, Experience and Learning Preferences: Preliminary Results from a New Survey on Financial Literacy. *Consumer Interest Annual*, 48.
- Huston, S. (2010). Measuring Financial Literacy. *The Journal of Consumer Affairs*, 44(2).
- Ipsos european Public Affairs. (2023). *Monitoring the level of financial literacy in the EU*. European Comission.
- Kempson, E., Collard, S., & Moore, N. (2005). *Measuring financial capability: an exploratory study*. Financial Services Authority by Personal Finance Research Centre, University of Bristol.
- Kirsch, I. (2001). The International Adult Literacy Survey (IALS): understanding what was measured. *ETS Research Report Series*.
- Lagarde, C. (3 de November de 2021). Learning from Lisbon: recovery and resilience in Europe. *Speech by Christine Lagarde, President of the ECB, on the occasion of the 175th anniversary of Banco de Portugal in Lisbon*. Lisbon.
- Latiff, A., & Bany-Arifin, A. (2005). Tax Literacy Rate Among Taxpayers: Evidence from Malaysia. *Jurnal Akuntansi dan Auditing Indonesia*, 9(1).
- Lewis, M., & Messy, F. (2012). Financial Education, Savings, and Investments: An Overview. *OECD Journal: Financial Market Trends*, 1-26.
- Lewis, S., & Messy, F.-A. (2012). Financial Education, Savings and Investments: An Overview. *OECD Working Papers on Finance, Insurance and Private Pensions*, 22.
- Lopes, C. (2008). *Quanto Custa Pagar Impostos em Portugal? : Os custos de cumprimento da tributação do rendimento*. Almedina.
- Lopes, C. (2016). *O conhecimento fiscal, as percepções fiscais e a educação fiscal em Portugal*.

- Lusardi , A. (2019). Financial literacy and the need for financial education: evidence and implications. *Swiss Journal of Economics and Statistics*, 155(1).
- Lusardi , A., & Mitchell, O. (s.d.). Baby Boomer retirement security: The roles of planning, financial literacy, and housing wealth. *Journal of Monetary Economics*, 54(1).
- Lusardi, A., & Mitchell, O. (2011). Financial literacy around the world: an overview. *Journal of Pension Economics and Finance*, 10(4).
- Lusardi, A., & Tufano, P. (2009). Debt Literacy, Financial Experiences, and Overindebtedness. *National Bureau of Economic Research*.
- Lusardi, A., Michaud, P.-C., & Mitchell, O. (2017). Optimal Financial Knowledge and Wealth Inequality. *Journal of Political Economy*, 125(2), 431-477.
- Mahdavi, M., & Horton, N. (2014). Financial Knowledge among Educated Women: Room for Improvement. *The Journal of Consumer Affairs*, 8(2).
- Mandell, L., & Klein, L. (2009). The Impact of Financial Literacy Education on Subsequent Financial Behavior. *Journal of Financial Counseling and Planning*, 20(1).
- Marques, A. (2017). *II Congresso Internacional de Cidadania e Educação Fiscal na Lusofonia: As Finanças Públicas e a Cidadania e a Educação Fiscal*. Projeto CEFIL – financiado pelo Instituto Politécnico de Lisboa, Maputo.
- Martins, J. (2019). Literacia Fiscal e Conflitualidade Tributária.
- Monticone, C. (2010). How Much Does Wealth Matter in the Acquisition of Financial Literacy. *The Journal of Consumer Affairs*, 44(2), 403-422.
- Montoya, S. (2018). *Defining literacy*. UNESCO, Hamburgo, Alemanha.
- Museu do Dinheiro. (2020). *As "três grandes" perguntas da literacia financeira*. Banco de Portugal.
- Noctor, M., Stoney, S., & Stradling, R. (1992). *Financial Literacy*. National Westminster Bank, Londres.
- Nurkhin, A., Novanty, I., Muhsin, M., & Sumiadji, S. (2018). The Influence of Tax Understanding, Tax Awareness and Tax Amnesty toward Taxpayer Compliance. *Jurnal Keuangan dan Perbankan*, 22(2).

- OECD. (2020). *Recommendation of the Council on Financial Literacy*. OECD Legal Instruments.
- OECD. (2023). *A Digital Financial Literacy Strategy for Portugal*.
- OECD. (2024). *PISA 2022 Results: How Financially Smart Are Students?* Paris: OECD Publishing.
- Orton, L. (2007). *Financial Literacy: Lessons from International Experience*. Canadá: Canadian Policy Research Networks Inc.
- Pereira, D., & Cruz, S. (2016). Educação Fiscal: Revisão da Literatura. *estudos do ISCA*, 4(14).
- Pita, M., & Palma, C. (2016). Para uma Política de Educação e Cidadania Fiscal – os casos do Brasil, de Espanha e de Portugal. *Revista de Finanças Públicas e Direito Fiscal*, 8(2).
- Porto Editora. (2024). Obtido de Dicionário infopédia da Língua Portuguesa: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/fiscalidade>
- Porto Editora. (2024). Obtido de Dicionário infopédia da Língua Portuguesa: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/imposto>
- Rahmandoust, M., shah, I., Norouzi, M., Hakimpoor, H., & Khani, N. (2011). Teaching Financial Literacy to Entrepreneurs for Sustainable Development.
- Rai, K., Dua, S., & Yadav, M. (2019). Association of Financial Attitude, Financial Behaviour and Financial Knowledge Towards Financial Literacy: A Structural Equation Modeling Approach. *FIIB Business Review*, 8.
- Ramalho, T., & Forte, D. (2018). Financial literacy in Brazil – do knowledge and self-confidence relate with behavior? *RAUSP Management Journal*, 54(1).
- Ramos, A. (2014). *Erros associados ao não cumprimento fiscal involuntário: Evidência Empírica em Portugal*. Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra.
- Ramos, J. (2011). *Educação Fiscal como Ferramenta - Impacto da ausência de educação fiscal*. Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Aveiro.

- Reis, H., & Wemans, L. (2022). *Literacia financeira dos estudantes de 15 anos em Portugal - Evidência do PISA 2018*.
- Remund, D. (2010). Financial Literacy Explicated: The case for a Clearer Definition in an increasingly Complex Economy. *The Journal of Consumer Affairs*, 44(2).
- Rintaningrum, R. (2009). Literacy: Its Importance and Changes in the Concept and Definition. *TEFLIN Journal*, 20(1).
- Santos, M. (2019). *Os Fatores que Influenciam a Literacia fiscal da Sociedade Portuguesa: Um estudo no âmbito do Imposto sobre o rendimento das Pessoas Singulares*. Dissertação de Mestrado, Lisbon School of Economics & Management.
- Santos, P. (2020). *A Gestão do Conhecimento Fiscal em Portugal: a Perceção dos Consultores Fiscais*. Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra.
- Simões, L. (2016). *Educação Fiscal - um contributo para uma Política de Cidadania Fiscal*. Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa.
- Suiter, M., & Meszaros, B. T. (2005). Teaching about Saving and Investing in the Elementary and Middle School Grades. *Social Education*, 69(2).
- Tavares, F., & Almeida, L. (2020). A Literacia Financeira: Uma Revisão da Literatura. vol. 11, pág. 73-88.
- Teles, A. (2022). *Literacia financeira: o conhecimento financeiro dos portugueses*. Dissertação de Mestrado, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa.
- Tojal, P. (2011). *A Literacia Fiscal: o caso português*. Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Aveiro.
- Vilelas, J. (2020). *Investigação: O processo de construção do conhecimento* (3ª Edição ed.). Lisboa: Edições Sílabo.

Apêndice

A - Inquérito Literacias Financeira e Fiscal

Inquérito literacias financeira e fiscal

No âmbito do Mestrado de Contabilidade e Finanças do ISCAP, encontro-me a estudar os níveis de literacias financeira e fiscal dos jovens portugueses (entre os 17 e 25 anos), com o objetivo de sensibilizar para a importância destas temáticas.

Desta forma, foi construído este questionário anónimo que visa recolher o nível de conhecimento dos inquiridos e tem uma duração aproximada de 12 minutos.

* Obrigatória

A - Perfil do Inquirido

1. Idade *

2. Género *

☐ Masculino

☐ Feminino

☐ Outro

3. Grau de escolaridade *

☐ Ensino Secundário

☐ Licenciatura

☐ Mestrado

☐ Outro

4. É ou foi estudante de uma área das ciências socio-económicas? *

☐ Sim

☐ Não

5. Em que distrito reside? *

6. Qual a sua principal fonte de rendimento? *

- ☐ Mesada
- ☐ Rendimento de trabalho
- ☐ Bolsa/investimentos
- ☐ Outro

7. Grau de escolaridade dos seus pais? (Assinale o grau mais elevado de entre dois, se diferentes) *

- ☐ Ensino Básico
- ☐ Ensino Secundário
- ☐ Ensino Superior

B - Perfil Económico do Inquirido

8. Possui uma conta de Depósitos à Ordem? *

- ☐ Sim
- ☐ Não

9. Costuma fazer Poupança? *

- ☐ Sim
- ☐ Não

10. Tem algum cartão de crédito? *

- ☐ Sim
- ☐ Não

11. Em que escalão de rendimento mensal líquido encontra-se o seu agregado familiar? *

- ☐ Até 500€
- ☐ Entre 501€ e 1.000€
- ☐ Entre 1.001 e 2.000€
- ☐ Entre 2.001 e 4.000€
- ☐ Acima de 4.000€
- ☐ Não tenho conhecimento

C - Literacias Financeira e Fiscal

12. Qual o grau de importância que atribui às literacias financeira e fiscal? (De irrelevante a fundamental) *

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

13. Avalie numa escala de 1 a 5 os níveis da sua literacias financeira e fiscal. (De muito baixo a muito alto) *

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

14. Selecione os locais em que considera ter aprendido conhecimentos sobre estas temáticas. *

Selecione, no máximo, 2 opções.

- ☐ Na escola
- ☐ Nas redes sociais
- ☐ Em casa
- ☐ Em livros
- ☐ Em programas de televisão
- ☐ Outro

D - Conhecimentos Financeiros

15. Suponha que coloca 100 euros num depósito a prazo com uma taxa de juro anual de 2%. Quanto é que terá na conta ao fim de um ano? (Considere que não são cobradas comissões nem impostos) *
- ☐ 100
- ☐ 102
- ☐ 98
- ☐ Não sei
16. E ao fim de 5 anos? (Considere que não são cobradas comissões nem impostos, que no fim de cada ano deixa o valor dos juros ficar nesse mesmo depósito a prazo e que os juros são compostos) *
- ☐ Mais de 110€
- ☐ 110€
- ☐ Menos de 110€
- ☐ Não sei
17. Suponha que tem 100€ numa conta bancária cuja taxa de juro é de 1% ao ano e que a inflação é 2% ao ano. Daqui a um ano, o que acha que conseguiria comprar com o dinheiro dessa conta, sabendo que não faz mais depósitos, não levanta dinheiro da conta e não há impostos nem comissões? *
- ☐ Compraria mais coisas do que hoje
- ☐ Compraria exatamente as mesmas coisas do que hoje
- ☐ Compraria menos coisas do que hoje
- ☐ Não sei
18. Um empréstimo a 15 anos normalmente exige pagamentos mensais mais altos do que um empréstimo a 30 anos, mas o total de juros pagos ao longo da vida do empréstimo será menor. *
- ☐ Verdadeiro
- ☐ Falso
- ☐ Não sei

19. Geralmente é possível reduzir o risco de investimento no mercado de capitais se comprarmos um conjunto diversificado de ações. *

- ☐ Verdadeiro
- ☐ Falso
- ☐ Não sei

20. Classifique as seguintes aplicações financeiras por grau de risco, relativamente a reaver o dinheiro investido. *

	Baixo	Médio	Alto
Ações	☐	☐	☐
Obrigações	☐	☐	☐
Certificados do tesouro	☐	☐	☐
Depósitos a Prazo	☐	☐	☐
Criptomoeda	☐	☐	☐

21. Suponha que 1,00 EUR equivale a 1,25 USD. *

- ☐ A taxa de câmbio EUR/USD é 1,10 EUR
- ☐ A taxa de câmbio USD/EUR é 0,80 EUR
- ☐ A taxa de Câmbio EUR/USD é 1,20 EUR
- ☐ A taxa de câmbio USD/EUR é 0,90 EUR
- ☐ Não sei

22. Provavelmente já ouviu falar de Euribor. Sabe o que é? *

- ☐ A moeda de um país
- ☐ É uma taxa de juro que serve de referência nos empréstimos do Banco
- ☐ É um depósito a prazo constituído em euros
- ☐ Não sei

Fiscalidade Portuguesa

23. Um trabalhador dependente deve passar recibos verdes à sua entidade patronal. *

- ☐ Verdadeiro
- ☐ Falso
- ☐ Não sei

24. Para passar um recibo verde preciso de abrir atividade nas finanças? *

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não sei

25. A taxa de retenção de um recibo verde, corresponde à taxa de IRS a pagar no final do ano. *

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não sei

26. O João tem um salário bruto de 1.000€ e um subsídio de refeição de 5€/dia (isento de imposto). Considere como valor de retenção de IRS e de segurança social, 80€ e 110€ respetivamente e que os dias úteis do mês foram 22. Qual o valor que o João recebe na sua conta, no final do mês? *

- ☐ 1.000€
- ☐ 920€
- ☐ 1.110€
- ☐ 1.030€
- ☐ Não sei

27. A declaração de IRS evidencia os rendimentos obtidos por determinado sujeito passivo, durante um ano civil. *

- ☐ Verdadeiro
- ☐ Falso
- ☐ Não sei

28. Os valores resultante das vendas de ações estão sujeitos a IRS? *

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não sei

29. Só existe em vigor uma taxa de IVA (23%). *

- ☐ Verdadeiro
- ☐ Falso
- ☐ Não sei

Conclusão

30. Considera importante a introdução das literacias financeira e fiscal no programa educativo português? (De nada importante (nível 1) para muito importante (nível 5)) *

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

31. Assinale as que considera serem as melhores formas de aprendizagem destas temáticas. (Máximo de 2 opções) *

Selecione, no máximo, 2 opções.

- ☐ Formação teórica
- ☐ Simulação de casos
- ☐ Apresentação de legislação e estudos
- ☐ Criação de um jogo
- ☐ Outro

Este conteúdo não foi criado nem é aprovado pela Microsoft. Os dados que submeter serão enviados para o proprietário do formulário.

 Microsoft Forms